



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA)

ASSUNTO:

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

DESPACHO: 25/ABR/95: TRAB. DE ADMIN. E SERV. PÚBLICO - SEG. SOCIAL E FAMÍLIA - FIN. E TRIBUTAÇÃO - CONST. E JUSTIÇA (ART. 54) - ART. 24, II

AO ARQUIVO

em 10 de 05 de 19 95

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

DE 19

PROJETO N.º

95

373



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR: INOCÊNCIO DE OLIVEIRA

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Autoriza o parcelamento de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

DESPACHO: 25/ABR/95: TRAB. DE ADM. E SERV. PÚBLICO - SEG. SOCIAL E FAMÍLIA - FIN. E TRIBUTAÇÃO - CONST. E JUSTIÇA (ART.54) - ART.24, II

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

COM. DE TRABALHO

APENSADOS

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____

PRAZO / EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO
CTASP	18/5/95
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____
_____	____/____/____

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Oswaldo Bioldi Comissão Trabalho e
Adm. e Serv. Público Em 18/5/95 Ass.: M. T. Alves Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Comissão _____
Em ____/____/____ Ass.: _____ Presidente

DE 1995

PROJETO DE LEI Nº 373

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(DO SR. INOCÊNCIO DE OLIVEIRA)



Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO(ART.54) - ART.24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II
Trabalho, de Adm. e Serviço Público
Seguridade Social e Família
Finanças e Tributação
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)
Em 25 / 04 / 95

[Assinatura]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 373/95
(do Sr. Inocêncio de Oliveira)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos de empresas concessionárias de serviço público federal para com o Instituto Nacional de Seguridade (INSS), referentes a contribuições de empregador, existentes na data de publicação desta Lei, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 31 de março de 1.995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses, caso a confissão da dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias daquela data.

§ 1º Não serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

[Assinatura]



§ 2º Para a apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, sem a adição de quaisquer penalidades.

§ 3º O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa.

Art. 2º O Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, poderá, por despacho fundamentado, celebrar transação que importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, referentes a contribuições de empregador, envolvendo competências anteriores a 31 de março de 1995, incluídos ou não em notificação, mediante concessões mútuas ou pagamento parcelado, em até 96 (noventa e seis) meses, na forma prevista no art. 10 da Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993, caso a confissão de dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias da data de publicação desta lei.

§ 1º A mesma autoridade poderá conceder remissão parcial de débitos, inclusive multas, desde que neles não se incluam contribuições descontadas de segurados empregados.

§ 2º Tanto a transação quanto a remissão devem atender:

I - à situação econômico-financeira da empresa devedora;



II - a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Plano Real, ao procurar estabilizar a economia e acabar com a inflação, obrigou as empresas a reformularem toda sua sistemática de administração de negócios, dentro de uma nova ótica operacional.

Recentes diplomas, anteriores ao Plano, tem procurado permitir a ré-arrumação da Previdência Social, culminando agora com a remessa, ao Congresso Nacional, dos Projetos de Emenda Constitucional e de Lei que permitirão o aperfeiçoamento da atual legislação.

Nota-se que uma das preocupações do atual Governo é o aperfeiçoamento gerencial e o combate à sonegação, fazendo com que todos os devedores recolham os seus débitos, a fim de permitir maior aporte de recursos aos cofres da Previdência.



Em julho de 1.991, com a edição da Lei de Custeio da Previdência Social (Lei nº 8.212, de 27/07/1991) deu-se um importante passo para o recolhimento dos débitos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo-se o parcelamento, em até 240 meses, de suas dívidas. (art. 58)

Mais recentemente, a Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1.993 (art. 10), permitiu o mesmo favor às empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público. Percebe-se que existe uma tendência do Governo em encontrar formula que ajude a dar solução à descapitalização de concessionárias de serviços delegados pelo Poder Público. Esse sinal foi dado por esse diploma legal ao conceder às entidades de economia mista prazo de 240 meses para a quitação de seus débitos previdenciários, embora com cunho restritivo, deixando ao largo as concessionárias privadas.

De acordo com o princípio existente no § 2º, do art. 173, da Constituição Federal, de que **"as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado"**, uma concessionária de serviços públicos federais - a VASP - obteve recentemente, em ação declaratória postulada junto à 12ª Vara Federal de São Paulo, a suspensão de seu processo de execução fiscal movido pelo INSS, em que se pretende aplicar aquela concessionária federal de transporte aéreo os benefícios da Lei nº 8.620/93, com base no princípio da isonomia tributária assegurado pela Constituição Federal.



Além de permitir o parcelamento dos débitos das empresas concessionárias de serviços públicos federais referentes a contribuições de empregador, não se incluindo, entre tais valores, contribuições descontadas aos empregados. O objetivo da presente emenda, pois, também, na linha dos preceitos contidos no art. 172, do Código Tributário Nacional, é permitir que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, celebre transação que importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, permitindo aos atuais devedores colocarem em dia suas obrigações previdenciárias, definindo maior volume de arrecadação de valores atrasados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1995.

Deputado Inocêncio de Oliveira

PFL-PE



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1.º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2.º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3.º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4.º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5.º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.



Código Tributário Nacional

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (*)

Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção IV
Demais Modalidades de Extinção

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I — à situação econômica do sujeito passivo;
- II — ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III — à diminuta importância do crédito tributário;
- IV — a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V — a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

- Sobre remissão das dívidas tratam os arts. 1.053 a 1.055 do Código Civil.
- Vide arts. 156, IV, e 108, IV.
- Extinção do crédito tributário: arts. 156 e segs.
- Imposto de Renda; remissão de créditos tributários: Decreto-lei nº 527, de 11 de abril de 1969.



*Altera as Leis nºs 8.212⁽¹⁾ e 8.213⁽²⁾, de
24 de julho de 1991, e dá outras provi-
dências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 10. Excepcionalmente, nos meses de fevereiro a julho de 1993, os débitos junto à Seguridade Social, de responsabilidade de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, referentes a competências anteriores a 1º de dezembro de 1992, incluídos ou não em notificação, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado na forma do disposto neste artigo, desde que atendidas as seguintes condições:

I — garantia ou aval da União, no caso das empresas públicas ou sociedades de economia mista por esta controladas; ou

II — interveniência do Estado, do Distrito Federal ou do Município pelo oferecimento das respectivas parcelas junto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, nos demais casos.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo poderão ser parcelados em:

a) até duzentos e quarenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de fevereiro;

b) até duzentos e dez meses, no caso de solicitação apresentada no mês de março;

c) até cento e oitenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de abril;

d) até cento e cinquenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de maio;

e) até cento e vinte meses, no caso de solicitação apresentada no mês de junho;

f) até noventa meses, no caso de solicitação apresentada no mês de julho.

§ 2º Em hipótese alguma serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

§ 3º O pedido de parcelamento das entidades referidas no inciso II deste artigo far-se-á com a interveniência direta do respectivo Estado ou Município, ou do Distrito Federal, que responderá solidariamente pelo acordo, e, em caso de inadimplência, o valor da parcela será automaticamente bloqueado no respectivo Fundo de Participação e repassado ao INSS.



LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

Parágrafo único - Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 373-A, DE 1995
(DO SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que ~~õ~~ especifica, e dá outras providências; tendo apensado o de nº 548/95, pendente de pareceres das Comissões.

(PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, ~~TEREUS SE ENERDO~~ O DE Nº 548/95)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEFIRO. APENSE-SE O PL. N. 548/95 AO PL.
N. 373/95. OFICIE-SE AO REQUERENTE E,
APOS, PUBLIQUE-SE.
EM 28 / 06 / 95


PRESIDENTE

REQUERIMENTO

(Do Sr. OSVALDO BIOLCHI)

Solicita a tramitação
conjunta dos Projetos de
Lei nºs 373 e 548, de 1995.

Senhor Presidente

Em 25 de abril transato, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 373, de 1995, que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências".

Referida proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Redação, estando ainda pendente de parecer da primeira, em virtude de adiamento da discussão do parecer, acompanhado do substitutivo, que ofereci, como relator da matéria.

Caixa: 18

Lote: 73

PL N° 373/1995

14

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão <i>Lab Dep</i>	n.º <i>2048</i>
Em <i>22/06/95</i>	Hora: <i>16:00</i>
Por <i>Sandra</i>	Ponto: <i>5594</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 31 de maio último, todavia, foi apresentado o Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Sr. Deputado Fernando Gonçalves, assim ementado: "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências", o qual, literalmente, reproduz o texto do mencionado substitutivo de minha autoria.

Este segundo Projeto acha-se distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, também aguardando parecer da primeira.

Em tais condições, afigura-se imperativa a observância de preceito regimental consubstanciado no art. 142, que determina o **trâmite conjunto de ambas as proposições**, uma vez que se deixou de cumprir tempestivamente o disposto no inciso I do art. 149 do mesmo Regimento, quanto à distribuição por dependência, e conseqüente apensação das matérias.

Requeiro, pois, a Vossa Excelência, na forma dos arts. 142 e 143 do RICD, a tramitação conjunta dos PLs nºs 373 e 548, de 1995.

Sala das Sessões, em de junho de 1995.

Deputado OSVALDO BIOLCHI

SGM/P nº 811/95

Brasília, 28 de junho de 1995

Senhor Deputado,

Em atenção ao Requerimento de sua autoria, a propósito do pedido de apensação do Projeto de Lei nº 548/95, que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências" ao Projeto de Lei nº 373/95, que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências", comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


LUIS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Anexo IV, Gabinete 925
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 373/95

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18/05/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foram recebidas 3 (três) emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 26 de maio de 1995.


Tálita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

002 / 95

PROJETO DE LEI Nº

373 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

DEPUTADO

JOSÉ PIMENTEL

AUTOR

PARTIDO

PP

UF

CE

PÁGINA

1 / 1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

De-se ao § 2º do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º ...

§ 2º. Para a apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos, acrescido da respectiva multa e juros de mora.

..."

JUSTIFICAÇÃO

Não cabe, além do parcelamento, conceder-se, de antemão, perdão da multa e juros de mora. Tal perdão configurar-se-ia num estímulo à inadimplência, numa verdadeira anistia que tem como subproduto o incentivo ao não pagamento de débitos, quando se alega que a seguridade social, e em especial a previdência, não tem recursos para o pagamento dos benefícios a que o trabalhador tem direito.

INSTRUÇÕES NO VERSO

25/05/95

DATA

PARLAMENTAR

Dr. Barroso

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

002/95

PROJETO DE LEI Nº

373 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA

☐ SUBSTITUTIVA

☐ ADITIVA DE

☐ AGLUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL

PT

CE

1/1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º, ao permitir a transação de débitos com a seguridade, poderá gerar situações absurdas, em que o interesse público e o patrimônio do trabalhador seja tratado sem zelo, submetido ao interesse privado do devedor. É delegação de poder ampla demais, que dá ao Ministro da Previdência, ou a quem opor ele designado, a condição de transigir e transacionar com dívidas de valor desconhecido, parcelando débitos ou aceitando em pagamentos bens de baixa liquidez.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

25/05/95

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

003/95

PROJETO DE LEI Nº

373 / 95

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA

☐ SUBSTITUTIVA

☐ ADITIVA DE

☐ AGLOUTINATIVA

☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

DEPUTADO

DEP. JOSÉ PINHEIRO - 092

AUTOR

PARTIDO

PT

UF

CE

PÁGINA

1/1

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

De-se ao "caput" do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º. Os débitos de empresas concessionárias de serviço público federal para com o INSS referentes a contribuições de empregador, existentes na data da publicação desta Lei, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 31 de março de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 36 (trinta e seis) meses, caso a confissão da dívida ocorra dentro de noventa dias daquela data."

JUSTIFICAÇÃO

A fixação do prazo proposto de 96 meses para o parcelamento é excessivamente longo, especialmente tratando-se de dívidas com a seguridade social por parte de empresas privadas concessionárias de serviços públicos federais, que por definição deveriam ser cumpridoras de suas obrigações sob pena da perda das concessões que lhes foram outorgadas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

25/05/95

DATA

PARLAMENTAR

[Assinatura]

ASSINATURA

- Aprovados: o substitutivo oferecido pelo relator designado em Plenário, em substituição à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; e as emendas de Plenário de nºs 03, 04, 06 e 07.
- Mantidos: o Art. 1º do Substitutivo da CTASP, objeto de destaque para votação em separado; e a expressão "com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa", constante do § 1º do art. 1º do substitutivo da CTASP, objeto de destaque supressivo.
- Rejeitadas: as emendas de Plenário de nºs 01,02,05,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18 e 19.



Prejudicadas: a proposição inicial; o PL 548, de 1995 e as demais proposições.
Vai ao Senado Federal.
Em 15.08.95.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373-A, DE 1995 (Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências; tendo apensado o de nº 548/95, pendente de pareceres das Comissões.

(PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, TENDO APENSADO O DE Nº 548/95)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos de empresas concessionárias de serviço público federal para com o Instituto Nacional de Seguridade (INSS), referentes a contribuições de empregador, existentes na data de publicação desta Lei, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 31 de março de 1.995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses, caso a confissão da dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias daquela data.

§ 1º Não serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

§ 2º Para a apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, sem a adição de quaisquer penalidades.

§ 3º O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa.

Art. 2º O Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, poderá, por despacho fundamentado, celebrar transação que importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, referentes a contribuições de empregador, envolvendo competências anteriores a 31 de março de 1995, incluídos ou não em notificação, mediante concessões mútuas ou pagamento parcelado, em até 96 (noventa e seis) meses, na forma prevista no art. 10 da Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993, caso a confissão de dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias da data de publicação desta lei.

§ 1º A mesma autoridade poderá conceder remissão parcial de débitos, inclusive multas, desde que neles não se incluam contribuições descontadas de segurados empregados.

§ 2º Tanto a transação quanto a remissão devem atender:

I - à situação econômico-financeira da empresa devedora;

II - a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Plano Real, ao procurar estabilizar a economia e acabar com a inflação, obrigou as empresas a reformularem toda sua sistemática de administração de negócios, dentro de uma nova ótica operacional.

Recentes diplomas, anteriores ao Plano, tem procurado permitir a ré-arrumação da Previdência Social, culminando agora com a remessa, ao Congresso Nacional, dos Projetos de Emenda Constitucional e de Lei que permitirão o aperfeiçoamento da atual legislação.

Nota-se que uma das preocupações do atual Governo é o aperfeiçoamento gerencial e o combate à sonegação, fazendo com que todos os devedores recolham os seus débitos, a fim de permitir maior aporte de recursos aos cofres da Previdência.

Em julho de 1.991, com a edição da Lei de Custeio da Previdência Social (Lei nº 8.212, de 27/07/1991) deu-se um importante passo para o recolhimento dos débitos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo-se o parcelamento, em até 240 meses, de suas dívidas. (art. 58)

Mais recentemente, a Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1.993 (art. 10), permitiu o mesmo favor às empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público. Percebe-se que existe uma tendência do Governo em encontrar formula que ajude a dar solução à descapitalização de concessionárias de serviços delegados pelo Poder Público. Esse sinal foi dado por esse diploma legal ao conceder às entidades de economia mista prazo de 240 meses para a quitação de seus débitos previdenciários, embora com cunho restritivo, deixando ao largo as concessionárias privadas.

De acordo com o princípio existente no § 2º, do art. 173, da Constituição Federal, de que **"as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado"**, uma concessionária de serviços públicos federais - a VASP - obteve recentemente, em ação declaratória postulada junto à 12ª Vara Federal de São Paulo, a suspensão de seu processo de execução fiscal movido pelo INSS, em que se pretende aplicar aquela concessionária federal de transporte aéreo os benefícios da Lei nº 8.620/93, com base no princípio da isonomia tributária assegurado pela Constituição Federal.

Além de permitir o parcelamento dos débitos das empresas concessionárias de serviços públicos federais referentes a contribuições de empregador, não se incluindo, entre tais valores, contribuições descontadas aos empregados. O objetivo da presente emenda, pois, também, na linha dos preceitos contidos no art. 172, do Código Tributário Nacional, é permitir que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, celebre transação que importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, permitindo aos atuais devedores colocarem em dia suas obrigações previdenciárias, definindo maior volume de arrecadação de valores atrasados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1995.



Deputado Inocêncio de Oliveira

PFL-PE

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1.º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2.º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3.º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4.º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5.º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Código Tributário Nacional

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (*)

Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

.....
TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO
.....

.....
CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
.....

Seção IV
Demais Modalidades de Extinção
.....

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I — à situação econômica do sujeito passivo;
- II — ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III — à diminuta importância do crédito tributário;
- IV — a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V — a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

- *Sobre remissão das dívidas tratam os arts. 1.053 a 1.055 do Código Civil.*
 - *Vide arts. 156, IV, e 108, IV.*
 - *Extinção do crédito tributário: arts. 156 e segs.*
 - *Imposto de Renda; remissão de créditos tributários: Decreto-lei nº 527, de 11 de abril de 1969.*
-

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

*Altera as Leis nºs 8.212⁽¹⁾ e 8.213⁽²⁾, de
24 de julho de 1991, e dá outras provi-
dências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 10. Excepcionalmente, nos meses de fevereiro a julho de 1993, os débitos junto à Seguridade Social, de responsabilidade de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, referentes a competências anteriores a 1º de dezembro de 1992, incluídos ou não em notificação, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado na forma do disposto neste artigo, desde que atendidas as seguintes condições:

I — garantia ou aval da União, no caso das empresas públicas ou sociedades de economia mista por esta controladas; ou

II — interveniência do Estado, do Distrito Federal ou do Município pelo oferecimento das respectivas parcelas junto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, nos demais casos.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo poderão ser parcelados em:

- a) até duzentos e quarenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de fevereiro;
- b) até duzentos e dez meses, no caso de solicitação apresentada no mês de março;
- c) até cento e oitenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de abril;
- d) até cento e cinquenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de maio;
- e) até cento e vinte meses, no caso de solicitação apresentada no mês de junho;
- f) até noventa meses, no caso de solicitação apresentada no mês de julho.

§ 2º Em hipótese alguma serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

§ 3º O pedido de parcelamento das entidades referidas no inciso II deste artigo far-se-á com a interveniência direta do respectivo Estado ou Município, ou do Distrito Federal, que responderá solidariamente pelo acordo, e, em caso de inadimplência, o valor da parcela será automaticamente bloqueado no respectivo Fundo de Participação e repassado ao INSS.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

Parágrafo único - Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.

DEFIRO. APENSE-SE O PL. N. 548/95 AO PL.
N. 373/95. OFICIE-SE AO REQUERENTE E,
APOS, PUBLIQUE-SE.
EM 28 / 06 / 95



PRESIDENTE

REQUERIMENTO

(Do Sr. OSVALDO BIOLCHI)

Solicita a tramitação
conjunta dos Projetos de
Lei nºs 373 e 548, de 1995.

Senhor Presidente

Em 25 de abril transato, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 373, de 1995, que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências".

Referida proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Redação, estando ainda pendente de parecer da primeira, em virtude de adiamento da discussão do parecer, acompanhado do substitutivo, que ofereci, como relator da matéria.

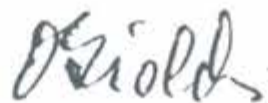
Em 31 de maio último, todavia, foi apresentado o Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Sr. Deputado Fernando Gonçalves, assim ementado: "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências", o qual, literalmente, reproduz o texto do mencionado substitutivo de minha autoria.

Este segundo Projeto acha-se distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, também aguardando parecer da primeira.

Em tais condições, afigura-se imperativa a observância de preceito regimental consubstanciado no art. 142, que determina o **trâmite conjunto de ambas as proposições, uma vez que se deixou de cumprir tempestivamente o disposto no inciso I do art. 149 do mesmo Regimento, quanto à distribuição por dependência, e conseqüente apensação das matérias.**

Requeiro, pois, a Vossa Excelência, na forma dos arts. 142 e 143 do RICD, a tramitação conjunta dos PLs nºs 373 e 548, de 1995.

Sala das Sessões, em de junho de 1995.



Deputado OSVALDO BIOLCHI

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995
(Do Sr. Fernando Gonçalves)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II))

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas, controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º. As empresas que possuem acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 6º. O parcelamento de débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS autorizado a proceder à execução imediata do saldo devedor.

§ 7º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1995.


FERNANDO GONÇALVES
Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social,
institui Plano de Custeio e dá outras providências*

**TÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, por objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.

§ 1º. Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30, independentemente do disposto no art. 95.

§ 2º. Não pode ser firmado acordo para pagamento parcelado se as contribuições tratadas no parágrafo anterior não tiverem sido pagas.

§ 3º. A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea j do art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

§ 4º. As contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 5º. Será admitido o reparcèlement, por uma única vez, desde que o devedor recolha, no ato da solicitação, dez por cento do saldo devedor atualizado. (§ 5º acrescentado pela Lei 8.620/93)

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

*Atera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991,
e dá outras providências.*

Art. 1º. Os arts. 20, 30, 38, 39, 43, 44, 50 e 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.212/91.

Art. 2º. Os arts. 128 e 131 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.213/91.

Art. 3º. As contribuições e demais importâncias devidas à Seguridade Social recolhidas fora dos prazos ficam sujeitas, além da atualização monetária e de multa de caráter irrelevável, aos juros moratórios a razão de um por cento por mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor atualizado das contribuições.

Parágrafo único. Aos acréscimos legais de que trata o caput deste artigo, aplicar-se-á a legislação vigente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, E AO APENSADO
PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995**

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Excepcionalmente, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à publicação desta Lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

*valente*

§ 4º. As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 janeiro de 1993.

§ 5º. Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 7º. O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial do saldo devedor em até 90 (noventa) dias.

§ 8º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º. O art. 20, o § 2º do art. 31 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA EM %
até 249,80	8,00%
de 249,81 até 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

Art. 31.

§ 2º. Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.

Moysa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

§ 4º. As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 janeiro de 1993.

§ 5º. Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 7º. O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial do saldo devedor em até 90 (noventa) dias.

§ 8º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º. O art. 20 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA EM %
até 249,80	8,00%
de 249,81 até 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

Art. 31.

§ 2º. Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

§ 1º. Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º. Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei.

§ 3º. Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º. Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º. Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º. A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º. Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios.”

Art. 3º. Os artigos 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º. Fica revogado o art. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1995.

Assinatura manuscrita de Osvaldo Biolchi em tinta azul.

OSVALDO BIOLCHI

Deputado Federal
PTB/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373-A/95

alado
15/8/98

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO

Acrescente-se ao texto do § 5º do art. 1º, logo após a palavra "Excepcionalmente,..."; a seguinte expressão: "... as cooperativas agrícolas,..."

JUSTIFICATIVA

As cooperativas agrícolas atravessam grave crise financeira decorrente da perda de renda na agricultura.

A presente emenda, se adotada pelas Casas do Congresso Nacional, viabilizará a regularização dos débitos daquelas instituições, sem maior comprometimento do seu fluxo de caixa, em um período de grande demanda, representada pelo atendimento do custeio de insumos para a atividade de seus associados.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

Hugo Briehl
Francisco Inúelles
Oswaldo Proença
Marquinhos Chedid
Sergio Carneiro
Almeida
Ilina



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

PROJETO DE LEI Nº 373-A/95

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO

Acrescente-se ao texto do § 5º do art. 1º, logo após a palavra "Excepcionalmente,..."; a seguinte expressão: "... as cooperativas agrícolas,..."

JUSTIFICATIVA

As cooperativas agrícolas atravessam grave crise financeira decorrente da perda de renda na agricultura.

A presente emenda, se adotada pelas Casas do Congresso Nacional, viabilizará a regularização dos débitos daquelas instituições, sem maior comprometimento do seu fluxo de caixa, em um período de grande demanda, representada pelo atendimento do custeio de insumos para a atividade de seus associados.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

docs/pl373



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

PROJETO DE LEI Nº 373-A/95

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO

Acrescente-se ao texto do § 5º do art. 1º, logo após a palavra "Excepcionalmente,..."; a seguinte expressão: "... as cooperativas agrícolas,..."

JUSTIFICATIVA

As cooperativas agrícolas atravessam grave crise financeira decorrente da perda de renda na agricultura.

A presente emenda, se adotada pelas Casas do Congresso Nacional, viabilizará a regularização dos débitos daquelas instituições, sem maior comprometimento do seu fluxo de caixa, em um período de grande demanda, representada pelo atendimento do custeio de insumos para a atividade de seus associados.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

docs/pl373



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

Aditiva de § ao Art. 1º do SUBST.

al da
15/8/95

EMENDA AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO
PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Do Sr. Inocêncio de Oliveira)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se, após o § 5º do art. 1º do Substitutivo, parágrafo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 1º.....
.....
§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo, às entidades beneficentes de assistência social, que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
....."

Justificação

A presente emenda estende às entidades filantrópicas a possibilidade de parcelamento, em 12 meses, das importâncias descontadas de seus empregados e não recolhidas ao INSS, conferida pelo Substitutivo, em caráter excepcional, apenas aos Estados e Municípios, desde que essas entidades não possuam fins lucrativos e atendam às condições previstas nos incisos III e V da Lei nº 8.212/1991.

Os requisitos exigidos correspondem à comprovação de que promovam a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos excepcionais ou pessoas carentes, bem como de que apliquem integralmente o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimneto de seus objetivos institucionais.

Certos do elevado conteúdo de justiça social presente na proposição que ora defendemos, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para garantir a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 1995.

Deputado NELSON MARCHEZAN

50676000.057

João - Ali

João - João Soares

Oliold - Osvaldo Brotchi



EMENDA AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO
PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Do Sr. Inocêncio de Oliveira)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se, após o § 5º do art. 1º do Substitutivo, parágrafo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 1º.....
.....
§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo, às entidades beneficentes de assistência social, que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
....."

Justificação

A presente emenda estende às entidades filantrópicas a possibilidade de parcelamento, em 12 meses, das importâncias descontadas de seus empregados e não recolhidas ao INSS, conferida pelo Substitutivo, em caráter excepcional, apenas aos Estados e Municípios, desde que essas entidades não possuam fins lucrativos e atendam às condições previstas nos incisos III e V da Lei nº 8.212/1991.

Os requisitos exigidos correspondem à comprovação de que promovam a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos excepcionais ou pessoas carentes, bem como de que apliquem integralmente o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimneto de seus objetivos institucionais.

Certos do elevado conteúdo de justiça social presente na proposição que ora defendemos, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para garantir a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 1995.

Deputado NELSON MARCHEZAN

50676000.057

[Assinaturas manuscritas em azul]
João de Deus
Paulo - Jair Soares
Oziel - Osvaldo Molinari

7

**Emenda Aditiva ao Substitutivo
ao Projeto de Lei nº 373, de 1995
(do Deputado José Maurício)**

Arde
15.8.95
proposta

Adicione-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os débitos referentes a contribuições do empregado autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

Parágrafo único. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa."

Justificativa

A presente emenda, com maior justiça, estende aos trabalhadores os mesmos benefícios previstos nesta Lei para os empregadores, garantindo-lhes a total isenção de eventuais multas e outras penalidades.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995

Jose Mauricio
Deputado José Maurício

F. Starling PT

Seamix PDT

6

**Emenda Aditiva ao Substitutivo
ao Projeto de Lei nº 373, de 1995
(do Deputado José Maurício)**

Anexo
15/8/95
Mozart

Adicione-se, onde couber, o seguinte artigo e parágrafos:

Art. ^{3º} ~~O~~ ^{do assalariado} trabalhador que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurando o parcelamento em até 96 (noventa e seis) meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único. Para a apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa.

Justificativa

Os trabalhadores, quando desempregados, perdem uma série de benefícios previdenciários, não podendo, quando readmitidos, regularizar sua situação junto ao INSS. A presente emenda, com maior justiça, estende aos trabalhadores desempregados os mesmos benefícios previstos nesta Lei para os empregadores, em termos do parcelamento de débitos, e lhes garante, quando da readmissão, regularizarem sua situação junto ao INSS, sem nenhuma penalidade adicional.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995


Deputado José Maurício

PT

PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Subst
Prop*

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, E AO APENSADO
PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995**

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Excepcionalmente, nos 180 (cento e oitenta) dias subseqüentes à publicação desta Lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

27



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Substituído pelo projeto

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º. As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 janeiro de 1993.

§ 5º. Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 7º. O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial do saldo devedor em até 90 (noventa) dias.

§ 8º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º. O art. 20, ~~o § 2º do art. 31~~ e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA EM %
até 249,80	8,00%
de 249,81 até 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

07

Substituído pelo projeto



3
[Assinatura]

§ 1º. Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º. Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 desta Lei.

§ 3º. Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º. Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º. Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º. A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º. Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios.”

Art. 3º. Os artigos 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Subst
prop.* 4

Art. 5º. Fica revogado o art. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

Osvaldo

OSVALDO BIOLCHI

Deputado Federal
PTB/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Osvaldo Biolchi)

*Requerimento
15/8*

Requer destaque, para
votação do Projeto de Lei nº
373, de 1995, sobre o
Projeto de Lei nº 548, de
1995, apenso.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Ex^a, com fundamento no art.
161, inciso II, letra "b", do Regimento Interno, destaque do
Projeto de Lei nº 373, de 1995, para votação sobre o Projeto de
Lei nº 548, de 1995, cuja apensação já foi determinada por essa
Presidência.

Sala das Sessões, em de junho de 1995.

Osvaldo Biolchi

Deputado Osvaldo Biolchi



DJS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei 373-A / 1995
(SUBSTITUTIVO)

~~Ative-se~~
15/8/95

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, I, do RICD, DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO, para o que segue:

§ 7º do artigo 1º

O inadimplemento de que trata tal parágrafo deve ser condicionado a um número exato de parcelas que deve ser estabelecido em 3 (três) e também o número de contribuições que também deve ser estabelecido em 3 (três).

Assim, a redação passaria a ser:

"O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de 3 (três) parcelas e/ou falta de pagamento de 3 (três) contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS a proceder à execução imediata do saldo devedor."

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995

Vice-Líder PL PSD Arc
Vice-Líder PL PSD PSC Marquinhos
Edson Siqueira PP
Vice-Líder PP
J. Soares - Vice-Líder
J.F.L.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI 373-9 / 1995
SUBSTITUTIVO

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, I, do RICD, DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO, para o que segue:

§ 7º do artigo 1º

O inadimplemento de que trata tal parágrafo deve ser condicionado a um número exato de parcelas que deve ser estabelecido em 3 (três) e também o número de contribuições que também deve ser estabelecido em 3 (três).

Assim, a redação passaria a ser:

"O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de 3 (três) parcelas e/ou falta de pagamento de 3 (três) contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS a proceder à execução imediata do saldo devedor."

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995

Ues Rha go ce PL / PSD / PSC
vice-ltda PL / - Margarida Chandra
Edson Siqueira P.D.
vice vice PP
Paulo PFL
San Juan



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI 373-A / 1995
(SUBSTITUTIVO)

Senhor Presidente,

~~Net credit~~
15/8/95

Nos termos do art. 161, I, do RICD, requeremos DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO, para o que segue:

§ 3º do artigo 1º

Após a expressão "dolo ou culpa", deve ser acrescida a expressão "apurado em processo regular", passando a ser a seguinte a redação do §:

§ 3: O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, apurado em processo regular, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

Justifica-se a inclusão da citada expressão porque a má fé, o dolo e a culpa não se presumem. A presunção é sempre de boa fé para toda pessoa. No caso de haver suspeita de dolo ou culpa, o fato apontado deve ser provado com ampla defesa ao responsável.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

✓ MARQUINHO
 ✓ VICE LIGER
 CHEDID
 PL / PSC / PSC
 P.P.
 Edson Seldrey
 VICE LIGER P.P.
 I call
 Vice
 bills
 I am ~~before~~ down



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei 373-A / 1995
(Substitutivo)

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 161, I, do RICD, requeremos DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO, para o que segue:

§ 3º do artigo 1º

Após a expressão "dolo ou culpa", deve ser acrescida a expressão "apurado em processo regular", passando a ser a seguinte a redação do §:

§ 3: O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, apurado em processo regular, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

Justifica-se a inclusão da citada expressão porque a má fé, o dolo e a culpa não se presumem. A presunção é sempre de boa fé para toda pessoa. No caso de haver suspeita de dolo ou culpa, o fato apontado deve ser provado com ampla defesa ao responsável.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

[Assinatura]
MARQUINHO FREITAS
VICE-LÍDER PC / PSD / PSC

[Assinatura]
LUIZ CARLOS DE ALMEIDA
VICE-LÍDER PP

[Assinatura]
JOSÉ CARLOS
PFL
Joni ~~Figueira~~ Barros



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

Handwritten signature and date 15/9

SR. PRESIDENTE,

Requeremos, nos termos regimentais, o adiamento da votação do
PL 373-A/95 constante da pauta da presente sessão por (01) sessões.

Sala das Sessões, 15 de Agosto de 1995.

Handwritten signature of Miro Teixeira

Dep. MIRO TEIXEIRA

LIDER DO PDT

Handwritten signature in blue ink



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

*Referido
Projeto
15/8/95*

EMENDA Nº

Substitua-se no §1º, do art. 1º, do Projeto de Lei nº 548/95 (apensado), a expressão "50% (cinquenta por cento)" por "100% (cem por cento)".

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
JUSTIFICATIVA *Serenino Cavalcanti*

A emenda visa estender o parcelamento à totalidade dos débitos relativos às multas, sem o que restará frustrado objetivo do Projeto, que é o de viabilizar os pagamentos à Seguridade sem onerar ainda mais a situação tanto de empresas quanto de Prefeituras, que já é, em muitos casos, desesperadora, tendo em vista a presente crise financeira provocada pelas elevadas taxas de juros, pela queda do consumo e o conseqüente endividamento em praticamente todos os setores de atividade econômica.

Edson Queiroz P.D. - Edson Queiroz
[Assinatura] *10/8/95*
João [Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

[Assinatura]

Vilson Gibson 410
Luiz C. H. Silva 701

Roberto de Souza

Roberto de Souza 607 PFL

Edson Sáenz PA

Vicente PFL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

	Samuel Brito 202
	Antônio José Augusto 217
	Roberto Teófilo 935
	Nivaldo Lourenço 525
	José Priarte 952
	Silveriani Santos 605
	Orestes Gonçalves 335
	Rubem Modina
	Mauro Lopes 811
	Pedro Corrêa 410
	Maria Valadares 520
	Fátima de Almeida 111
	B. Ed. 643
	Domingos Lourenço 637
	José Mendonça 314
	Gilvan Freire 442
	Jairo Carneiro 284
	Jonival Lourenço 815
	Elton Teófilo 619
	Spartaco Medeiros 405
	Cláudio Rocha 437
	Marcos Lima



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

ASSINATURA

Jose Roberto J. A. Jr.
Seconul Baran

Rogger

517 St
Dona
accusado

16

Eligible for
work

Time in
prison

Forb. to
work

Supra. elley.

15

NOME	
José Roberto	339
Teodoro	711
Roberto Marquetti	920
Manoel Roberto	337
Luiz PIAVALLO	
Wagner Roberto	529
José Roberto	504
Costa Ferreira	264
SALVADOR CARVALHO	934
PAULINO LUIZ	260
MARION REGIMONTE	345
Wm. B. L. L.	
Selvio Tokyo	246
Luiz FERNANDO	943
Roberto F. PFL. P. E.	918
JOSÉ SANTANA	553
SIMPRA ELLERY	238
ZIMBALDI	538
José de Abreu	331
Jose Luis	320
UBALDINO JUNIOR	308
SIMAS GOSM	409



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

Emílio de Miranda

João Carlos Vieira

Severino Gonçalves PFL

Odete A. A. A. A.

Geruário Oliveira

Wálter Cristino

João Rocha

Claudio Catão

Marcos Neri

Ubiratan Júnior

Herculano Angitetti

Wilson Gomes

Wilson Cignach

Luiz Carlos

F. Anna de Azevedo

JOSE CARLOS VIEIRA PFL-713

Severino Gonçalves PFL

Odete A. A. A. A.

Geruário Oliveira 574

Wálter Cristino 531

João Rocha 903

Claudio Catão

Marcos Neri 813

Ubiratan Júnior 505

Herculano Angitetti 241

Wilson Gomes 472

Wilson Cignach 622

Luiz Carlos 401

F. Anna de Azevedo PFL

Elton Rottgelt 739

D. A. Silva 226

Laura Carneiro

Emílio de Miranda 252



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper appears to be part of a notebook or a set of loose-leaf paper. The edges of the paper are slightly irregular, suggesting it might be from a bound volume. There is no handwriting or other markings on the page.

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

EMENDA Nº

*Referendo
prop. 15.8.95*

Substitua-se no §1º, do art. 1º, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, a expressão "50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Municípios, Estados e do Distrito Federal" por "100% (cem por cento) das importâncias devidas a título de multa".

Sala das Sessões, em

Severino Cavalcanti
JUSTIFICATIVA

A emenda visa estender o parcelamento à totalidade dos débitos relativos às multas, sem o que restará frustrado objetivo do Projeto, que é o de viabilizar os pagamentos à Seguridade sem onerar ainda mais a situação tanto de empresas quanto de Prefeituras, que já é, em muitos casos, desesperadora, tendo em vista a presente crise financeira provocada pelas elevadas taxas de juros, pela queda do consumo e o conseqüente endividamento em praticamente todos os setores de atividade econômica.

Edson Sáenz P.D. - Edson Sáenz
Paulo *Vice-Lider P.D.*
Sain ~~*Severino*~~ *Sáenz*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

[Assinatura]

Wilson Gibson
LUI E. HAVY 701

[Assinatura]
Beyoncé de Lima

Beyoncé de Lima
Pulido Lima 607 1FL
Mangueira

[Assinatura]

Edson Vieira PD

[Assinatura]

Vice-Lider PFL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

	Sarney Filho 202
	Antonio José de Aguiar 207
	Mauro Kury 935
	Natan Souza 525
	JOSÉ PRIANTE 752
	ORLANDO GONÇALVES 335
	Jivalmir Faria 605
	Rubens Saladino 610
	MAURO LOPES 841
	PEDRO CORREA 415
	Maria Valadao 520
	PAES DE ALMEIDA 141
	B. S. B. 643
	Domingos Leal 677
	TAMAR SERPA 116
	José Mendonça 314
	GILVIN FREIRE 442
	Joviano Gomes 815
	JAÍRO CARNEIRO 284
	Edison Anden 639
	Jelycia Medeiros 405
	Ovídio Rocha 431
	MARCOS LIMA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

LEONEL RAVAN
517
acc
over
felicio
Ator
line
mand
Simara
Elery
Zimbaldi
Josi de Alben
331
308
709

blan
Marta
Luiz
Vitor
Costa
Jovair
SALATI
FABIANO
MARIO
ALBÉRIO
leir
Silvio
MIT
Roberto
Josi
SIMARA
ZIMBALDI
Josi
af
UGARDO
SIMA

337
337
264
504
932
260
345
246
743
915 PFL DE
50531
238
538
331
308
709



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(Apensado o de nº 548/95)

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

ASSINATURA

NOME

Enriquez Miranda 252

MAX ROSENTHAL

JOSÉ CARLOS VIEIRA PFL-713

Sereque Lacerda PFL

Carlos B. O.

ANTONIO CASPINOVA

Zelger

Genivaldo Oliveira - 574

Môlides Justino 535

MARCOS MEJRAO 313

Jose Roche 908

CLAUDIO CAIADO

UBIRATAN ABREU - 505

HERCULO ANGIINETTI

WILSON BOMBO 472

WILSON CIGNACHI 622

Arthur Virasoro 931

WILLIAM CASO 405

ELTON ROHNELT 939

FRANCISCO LUIZ 187

PHILEMON RODRIGUES 226

LAURA CAVALIERO

5



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL nº 373-A/95

*Requerido
Prova 15.8.95*

Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

No art. 2º onde se lê

O art. 20 e o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 20.....	ALÍQUOTA EM %
SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	
ATÉ 249,80	8,00%
de 249,81 ATÉ 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

Art. 31

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação".

Leia-se:

"Art. 20.....	ALÍQUOTA EM %
SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	
.....
.....
.....

Art. 31

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos relacionados direta ou indiretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação".

Justificativa

Apresentamos a presente emenda para evitar que inúmeras empresas sejam prejudicadas, pois a redação proposta pelo Relator impede que o número considerável delas fiquem impossibilitadas da prestação de seus serviços peculiares acarretando praticamente sua extinção.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

Por: Carlos Vianna - José Carlos Vianna
[Assinaturas]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL nº 373-A/95

Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

No art. 2º onde se lê

O art. 20 e o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 20.....

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ALÍQUOTA EM %

ATÉ 249,80

8,00%

de 249,81 ATÉ 416,33

9,00%

de 416,34 até 832,66

11,00%

Art. 31

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação".

Leia-se:

"Art. 20.....

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO

ALÍQUOTA EM %

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Art. 31

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos relacionados direta ou indiretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação".

Justificativa

Apresentamos a presente emenda para evitar que inúmeras empresas sejam prejudicadas, pois a redação proposta pelo Relator impede que o número considerável delas fiquem impossibilitadas da prestação de seus serviços peculiares acarretando praticamente sua extinção.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995.

Por: Carlos Viana

[Assinatura]

[Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

P

*Reputado
Proposto
15/8/95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao "caput" do artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º. Excepcionalmente, nos 180 dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluído ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 72 (setenta e dois) meses."

JUSTIFICAÇÃO

O prazo proposto pelo substitutivo ao PL 373 é muito longo.

Sala das Sessões,

15/8/95
S. Starling
Líder do PT

SANDRA STARLING

MIRDO TEIXEIRA



9

*Repetida
art 15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao "caput" do artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º. Excepcionalmente, nos 90 dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluído ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 72 (setenta e dois) meses.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa reduzir os prazos para que seja concedido o parcelamento, bem como o número de parcelas, pois o proposto pelo substitutivo ao PL 373 é muito longo.

Sala das Sessões, 15/8/95

Sandra Starling
Líder do PT

SANDRA STARLING

Miro Teixeira

PTT MIRO TEIXEIRA



10

~~Rejeitado~~
15.8.95

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA


Dê-se, ao "caput" do artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º. Excepcionalmente, nos 180 dias subsequentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluído ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 84 (oitenta e quatro meses) meses.

JUSTIFICAÇÃO

O prazo proposto pelo substitutivo ao PL 373 é muito longo.

Sala das Sessões, 15/8/95


Líder do PT

SANDRA STARLING


DEP. RILDO TEIXEIRA



11

~~Referência~~
15.8.95
proposta

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao parágrafo 1º do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º. ...

§ 1º. Para apuração dos débitos no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social para correção dos seus créditos, acrescido da respectiva multa e juros de mora.

..."

JUSTIFICAÇÃO

Não cabe, além do parcelamento, conceder-se, de antemão, perdão da multa e juros de mora. Tal perdão configurar-se-ia num estímulo à inadimplência, numa verdadeira anistia que tem como subproduto o incentivo ao não pagamento de débitos, quando se alega que a seguridade social, e em especial a previdência, não tem recursos para o pagamento dos benefícios a que o trabalhador tem direito.

Sala das Sessões, 15/8/95

SANDRA STARLING

S. Starling
Líder do PT

hins

DEP. NIRO TEIXEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

*Repetido
proposto
15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda SUPRESSIVA

Suprima-se o § 2º do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda, suprimindo a possibilidade de anistia de multa, também este dispositivo deve ser suprimido.

Sala das Sessões, 15/8/95

Estanislau
Líder do PT

SAUDPA STADLINO

miro
DEP. MIRO TEIXEIRA



13

*Repetido
Prozant
15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao parágrafo 4º do artigo 1º, a seguinte redação:

Art. 1º...

§ 4º. As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, vedada qualquer redução dos valores cobrados a título de juros e multa.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode permitir que, com a possibilidade de reparcelamento, os devedores venham a ser novamente beneficiados com perdão de multa. Os valores incluídos no parcelamento já realizado, incluindo multa e juros, não podem ser reduzidos, se à data do parcelamento não era autorizada redução da multa e juros.

Sala das Sessões, 15/8/95

Starling
Líder do PT

SANDRA STARLING

h
DEP. MIRO TEIXEIRA

PDI



14

*Rejeitado
15.8.95
proposto*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda SUPRESSIVA

Suprima-se o § 5º do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Não se pode, sob pena de convalidar ato criminoso (apropriação indébita), permitir o parcelamento de dívida decorrente de contribuições descontadas dos trabalhadores e não recolhidas à previdência. Os Municípios já foram beneficiados com parcelamentos de débitos referentes à contribuição de empregador. Poderão fazer uso do mesmo parcelamento previsto no art. 1º do substitutivo. Mas não podemos transigir com as dívidas decorrentes de apropriação indébita, por tratar-se de crime que deve ser apurado e responsabilizado o seu autor.

Sala das Sessões, 15/8/95

S. Starling
Líder do PT

SANDRA STARLING

Mina *1* *PDT* *LUIS TEIXEIRA*



15

Referido
proj. 15.8.95

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao § 5 do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º. ...

§ 5º. Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, acrescida dos juros e multas correspondentes.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo original do substitutivo, além de convalidar ato criminoso (apropriação indébita), ao permitir o parcelamento de dívida decorrente de contribuições descontadas dos trabalhadores e não recolhidas à previdência, ainda libera os devedores da multa. Não se pode transigir tão amplamente com o interesse dos trabalhadores, ainda mais quando se trata de dívidas decorrentes de apropriação indébita, crime que deve ser apurado e responsabilizado o seu autor.

Sala das Sessões, 15/8/95

Sandra Fialling
Líder do PT

SAUDRA FIALLING

h

MIRDO TEIXEIRA



16

*Deputado
Luzardo
15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, ao § 5 do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º. ...

§ 5º. Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, acrescida dos juros e multas correspondentes, sendo estas computadas em dobro.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo original do substitutivo, além de convalidar ato criminoso (apropriação indébita), ao permitir o parcelamento de dívida decorrente de contribuições descontadas dos trabalhadores e não recolhidas à previdência, ainda libera os devedores da multa. Não se pode transigir tão amplamente com o interesse dos trabalhadores, ainda mais quando se trata de dívidas decorrentes de apropriação indébita, crime que deve ser apurado e responsabilizado o seu autor.

Sala das Sessões, 15/8/95

S. Starling
Líder do PT

SANDRA STARLING

WILDO TEIXEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

Rejeitado
provar
15.8.95

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda MODIFICATIVA

Dê-se, à redação proposta ao art. 20 da Lei nº 8.212, de 1991 pelo art. 2º do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 2º. ...

"Art. 20.

Salário de contribuição	Alíquota em
até 249,80	8,00 %
de 249,81 até 416,33	9,00 %
de 416,34 até 832,66	10,00 %"

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9032, de 1995, elevou a alíquota de contribuição para quem ganha entre 5 e 10 salários de contribuição. O presente substitutivo concede generosos parcelamentos e perdoa multas para os devedores da previdência. Com tal demonstração de generosidade, nada mais natural que a previdência contemple também os trabalhadores, reduzindo novamente a alíquota de contribuição para o patamar anterior, já que, como demonstra, suas finanças estão sólidas o suficiente para suportar o ônus da anistia que promove.

Sala das Sessões, 15/8/95

Sandra Starling
Líder do PT

SAUDRA STARLING

Miro Teixeira

MIRO TEIXEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

18

*Rejeitado
por 15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. . Nos casos em que não houver título executivo, judicial ou extrajudicial, a execução judicial dos débitos com a Previdência Social decorrentes da inadimplência ou falta de pagamento de contribuições devidas ou de parcelas resultantes de acordo de parcelamento, observará o procedimento sumaríssimo de que trata o art. 275 do Código de Processo Civil.

JUSTIFICAÇÃO

A execução das dívidas com a previdência social deve ser agilizada. Um meio para esta agilização é adotar-se o procedimento sumaríssimo previsto no art. 275 do Código Civil. Somente com instrumentos ágeis de cobrança a previdência poderá fazer valer, efetivamente, os direitos dos trabalhadores e tornar líquidos os débitos.

Sala das Sessões, 15/8/95

Sandra Starling
Líder do PT

SAUDRA STARLING

MIRO REIXEIRA



19

*Rejeitado
por Zart
15.8.95*

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373, de 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Emenda ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. . No prazo de até 60 dias a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei destinado a tornar mais ágeis e céleres os procedimentos de execução judicial e extrajudicial da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Nacional decorrente da inadimplência ou falta de pagamento de contribuições devidas à previdência social, ou de parcelas resultantes de acordo de parcelamento.

JUSTIFICAÇÃO

A execução das dívidas com a previdência social deve ser agilizada. Um meio para esta agilização é adotar-se o procedimento judiciais mais adequados a esta agilização, que atendam ao interesse da execução da dívida ativa da Previdência. Para tanto, propomos que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei, no prazo de 60 dias, haja vista que a legislação vigente que rege a execução da dívida ativa da Previdencial contempla dispositivos que retardam o recebimento dos créditos previdenciários, servindo aos interesses dos inadimplentes contumazes e maus-pagadores.

Sala das Sessões, 15/8/95

Getulio
Líder do PT

Luiz
Mário Teixeira
PDT

Senhor Presidente,

amando
Mishkin

Requeremos, nos termos regimentais,
destaque para votação em separado
do art. 1º do Substitutivo ao PL
nº 373/95.

Salto das Sessões, 15 de agosto de 1995

SANDRA STAFELING
VICE-LÍDER DO PT

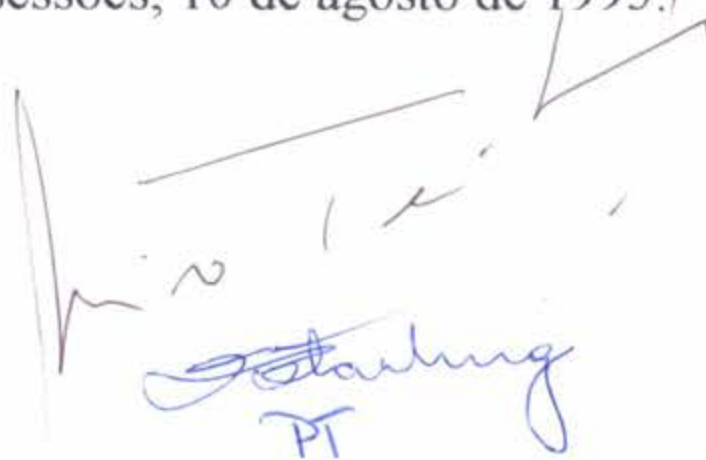
Blairina TDT
Sergio Carneiro

Senhor Presidente,

Requeiro o
destaque
mantida a
expressão

Requeiro, nos termos regimentais, DESTAQUE para suprimir no parágrafo 1º do artigo 1º do substitutivo ao PL 373/95 as seguinte expressão, " com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa".

Sala das sessões, 10 de agosto de 1995.


PT



DVS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Wu
15/18

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação *em separado*
da emenda nº *anexa* ao Projeto de Lei nº 548/95 (apensado ao PL nº 373/95). *radi*
Nº 1

Sala das Sessões, em

Edson Queiroz P P

J. F. F. F.

Dir. T. B. L.
FFP
Juan ~~legitimado~~ Lemos



DVS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

*reputado
emenda*

Senhor Presidente,

Nº 2 Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação *em segredo*
da emenda nº *Amha*, ao Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Servi-
ço Público ao Projeto de Lei nº 373/95.

Sala das Sessões, em

[Assinatura] - *Severino
Cavalcanti*

Carlos Eduardo P.P.

[Assinatura] *Dir. Tech.
F.F.L.
Toni ~~de~~ Moura*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Mesa

[Assinatura]
15/8/95

DESTAQUE

Nos termos regimentais, requero destaque para votos
em separado para a remissão ao art. 31 § 2º
da Lei 9032 constante do artigo 2º da substituição
do texto da CTAS ao PL 373/95

Sala das Sessões de de 1995.

[Assinatura]
Deputado



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PFL/PTB

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Mesa,

[Assinatura]
15/8/95

DESTAQUE

Nos termos do inciso II, e do art. 161 do Regimento Interno, requeremos destaque para aprovação da emenda nº 3 ao substitutivo do Relator da Comissão de Trabalho da Administração e Serviço Público do PL 373-A/95.

Sala das Sessões,

[Assinatura]
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Líder

[Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Handwritten signature
15/8/95

Na forma do disposto no art. 161, inciso II, alínea e, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. destaque para votação em separado da

Emenda nº 3,
de minha autoria, apresentada ao texto do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 373/95.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1995

Handwritten signature of Nelson Marchezan
Deputado NELSON MARCHEZAN
PPR-RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(APENSADO PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

Autor: Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

Relator: Deputado OSVALDO BIOLCHI

I - RELATÓRIO

Através da proposição em epígrafe, o nobre Líder do Bloco, Deputado Inocêncio Oliveira, objetiva instrumentalizar mecanismo legal que propicie o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

parcelamento, a transação e remissão dos débitos de empresas concessionárias de serviço público federal, relativos a contribuições previdenciárias do empregador.

O texto proposto prevê: (a) a possibilidade de acordo para pagamento parcelado, em até 96 meses, de dívidas, incluídas ou não em notificação, relativas a competências anteriores a 31 de março de 1995, condicionada à confissão de dívida até 90 dias após aquela data; (b) a vedação de pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços; (c) a atualização dos débitos por índice oficial, excluídas quaisquer penalidades; (d) a responsabilidade dos fiadores ou acionistas controladores e diretores quanto ao adimplemento do acordo; (e) a possibilidade de o Titular da Pasta da Previdência celebrar transação ou conceder remissão parcial de débitos, explicitando as hipóteses e as condições a que devam atender as empresas para habilitar-se à transação ou à remissão.

Em prol da iniciativa, relembra o Autor as propostas governamentais para o aperfeiçoamento da atual legislação da Previdência Social e os esforços com vistas ao aprimoramento gerencial e ao combate à sonegação.

Alinha, demais disso, os precedentes introduzidos por intermédio da Lei de Custeio da Previdência Social (Lei nº 8.212, de 24.7.1991), que autorizou o parcelamento dos débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em até 240 meses, e da Lei nº 8.620, de 05.01.1993, que estendeu idêntico favor às empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público.

Arremata o ilustrado e nobre Deputado assinalando que o tríplice instrumento -- parcelamento, transação e remissão -- permitirá "aos atuais devedores colocarem em dia suas obrigações previdenciárias, definindo maior volume de arrecadação de valores atrasados".

11



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

No prazo regimental, foram apresentadas, pelo Deputado José Pimental, na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, 03 (três) emendas ao Projeto de Lei nº 373, de 1995, propondo acréscimo de multa e juros ao valor do débito atualizado monetariamente; supressão do art. 2º do Projeto e redução do prazo do parcelamento para 36 (trinta e seis) meses.

Em 28.06.95, foi deferida a apensação, ao Projeto de Lei em pauta, do Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Deputado Fernando Gonçalves, que “autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 548, de 1995, prevê, nos 180 dias subsequentes à publicação da Lei, parcelamento de débitos, junto ao INSS, referentes a contribuições do empregador, de todas as empresas privadas, em até 96 meses, com redução de 50% da multa.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Efetivamente, em boa hora os Autores dos Projetos de Lei nº, 373, e de nº 548, ambas de 1995, se deram conta da necessidade de viabilizar novos mecanismos para compor e realizar os créditos do INSS junto ao segmento das empresas concessionárias de serviço público federal.

Se há reparo a fazer ao texto projetado, certamente será por delimitar ou particularizar o benefício fiscal ao restrito universo das concessionárias do

4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado, quando os próprios fundamentos trazidos a lume pelo proponente demonstram, de forma cabal, que semelhante instrumento há que se estender, por força da moldura constitucional, às demais empresas do setor privado, tal como preconizado no Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Deputado Fernando Gonçalves.

Ora, a recente crise da economia brasileira, especialmente nos anos 80 -- a "década perdida" -- provocou um processo de descapitalização das empresas com consequências graves no recolhimento de impostos e de contribuições sociais, gerando dívidas de grande porte para com o Erário.

Quando a economia começa a mostrar sinais de recuperação, especialmente nos dois últimos anos, as empresas em débito não têm condições de se recompor rapidamente com a União, necessitando de um prazo maior para quitarem suas dívidas.

Recentemente, em decorrência da solução da controvérsia jurídica com relação à COFINS -- e muito especialmente em face do parcelamento concedido -- essa contribuição social recuperou rapidamente sua receita, prevendo-se para este ano uma arrecadação equivalente a R\$ 15 bilhões, muito próxima de todo o Imposto de Renda, pessoas físicas e jurídicas, a ser arrecadado em 1995.

Com a Previdência Social ocorre o mesmo: é absolutamente necessário que se conceda um novo tipo de parcelamento que, em razão do prazo e da redução da multa, seja ele o indutor do recolhimento de dívidas e, paralelamente, estimule grandemente a arrecadação das contribuições vincendas.

A Previdência Social tem hoje a maior folha de pagamentos da América Latina: são 15,4 milhões de aposentados e pensionistas que todos os meses recebem seus benefícios, sendo função de todos nós, homens públicos, gerar recursos capazes de prover suficientemente essa grande massa de beneficiários.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Basicamente deve a lei, com tal finalidade, atender a essa dúplici
intenção: gerar recursos adicionais para o caixa previdenciário e permitir que as
empresas possam se compor adequadamente com a Previdência Social.

Situação peculiar deve ser contemplada também pelo Projeto, no
tocante aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, concedendo-lhes uma
isenção total das importâncias devidas a título de multa, bem como a possibilidade de
parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e avulsos, não
recolhidas em época própria, em até 12 meses, com opção pela forma prevista na
legislação ora proposta ou pelos termos do art. nº 27 da Lei Complementar nº 77, de
1993.

Por outro lado, pareceu a esta relatoria inconveniente ao
interesse público a inserção dos institutos da transação e da remissão, com outorga de
poderes ao Ministro de Estado ou quem este designar, para concretizar atos dessa
natureza, principalmente quando a norma tem caráter genérico, são amplos os critérios
eleitos, com larga margem de subjetividade e arbítrio, o que a experiência de gestão
pública brasileira demonstra ser muito pouco recomendável.

As presentes considerações induziram-nos a produzir
Substitutivo aos Projetos de Lei em tela, atribuindo-lhes a amplitude que deverão ter,
expurgando os aspectos apontados como inconvenientes e acrescentando tratamento
diferenciado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Mostrou-se, também, necessário incluir no texto do Substitutivo
correções a dispositivos da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, que, ao alterar
disposições das Leis nºs. 8.212 e 8.213, de 24.07.91, - respectivamente, Planos de
Custeio e de Benefícios da Previdência Social -, ensejou imperfeições numéricas e
redacionais.

Em conclusão, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs.
373 e 548, de 1995, na forma do Substitutivo anexo. Quando às Emendas apresentadas

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

ao Projeto de Lei nº 373, de 1995, acolhemos integralmente a de nº 2, parcialmente a de nº 1 e rejeitamos a de nº 3, por não se coadunar com o Substitutivo ora apresentado.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Assinatura manuscrita em tinta azul de Osvaldo Biolchi.

OSVALDO BIOLCHI

Deputado Federal
PTB/RS

Item 1

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(DO SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, QUE AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL E A TRANSAÇÃO E REMISSÃO DE DÉBITOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; TENDO POR APENSADO O PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995; PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

sobre a Mesa Regenerando no seguinte teor:

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO JOFRAN FREITAS

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO LUIZ ROBERTO PONTE

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO VILMAR PEREIRA

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Item 1

**PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995
(DO SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995, QUE AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL E A TRANSAÇÃO E REMISSÃO DE DÉBITOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; TENDO POR APENSADO O PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995; PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO JOFRAN FREJAT.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO LUIZ ROBERTO PONTE.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO VILMAR ROCHA.....

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

O PROJETO FOI EMENDADO;

19

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADOOSVALDO BIOLCHI ...

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO ... JOFRAN FREJAT ...

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO ...LUIZ ROBERTO PONTE...

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO ...VILMAR ROCHA...

PASSA-SE À VOTAÇÃO.

André Wojan 15.8.95
EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR DA COMISSÃO DE
TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, RESSALVADOS O
~~DESTAQUE~~. *TODOS OS DESTAQUES E AS EMENDAS.*

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

(SE APROVADO) - ESTÁ PREJUDICADO O PROJETO DE LEI Nº 373/95 E O DE Nº
548/95, APENSADO.

627 - c. 106
EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO NºS....., COM PARECER
FAVORÁVEL, RESSALVADOS OS DESTAQUES. DOS RELATORES

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO NºS....., COM PARECER
CONTRÁRIO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

1, 2, 5, 8, 9, 10, 11,

12, 13, 14, 15, 16, 17

18 e 19

referente

referente
dos
propost

- Em votação a emenda nº 3 com
votos divergentes - 15.8.95 proposta
- Em votação a emenda nº 4 com
votos divergentes - 15.8.95 proposta

emenda 3

A PRESIDÊNCIA VAI PROCLAMAR O RESULTADO DA VOTAÇÃO.



.....

SIM 246

NÃO 144

ABSTENÇÃO (ÕES) 9

TOTAL 399



destaque art 10 subst.

A PRESIDÊNCIA VAI PROCLAMAR O RESULTADO DA VOTAÇÃO.



.....

SIM 277

NÃO 71

ABSTENÇÃO (ÕES) 9

TOTAL 357





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995 (Do Sr. Fernando Gonçalves)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II))

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas, controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º. As empresas que possuem acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 6º. O parcelamento de débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS autorizado a proceder à execução imediata do saldo devedor.

§ 7º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1995.


FERNANDO GONÇALVES
Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social,
institui Plano de Custeio e dá outras providências*

TÍTULO VI DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, por objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.

§ 1º. Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30, independentemente do disposto no art. 95.

§ 2º. Não pode ser firmado acordo para pagamento parcelado se as contribuições tratadas no parágrafo anterior não tiverem sido pagas.

§ 3º. A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea j do art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

§ 4º. As contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 5º. Será admitido o reparcèlement, por uma única vez, desde que o devedor recolha, no ato da solicitação, dez por cento do saldo devedor atualizado. (§ 5º acrescentado pela Lei 8.620/93)

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

*Atera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991,
e dá outras providências.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995 (Do Sr. Fernando Gonçalves)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II))

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas, controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º. As empresas que possuem acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 6º. O parcelamento de débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS autorizado a proceder à execução imediata do saldo devedor.

§ 7º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1995.


FERNANDO GONÇALVES
Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social,
institui Plano de Custeio e dá outras providências*

**TÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, por objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.

§ 1º. Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30, independentemente do disposto no art. 95.

§ 2º. Não pode ser firmado acordo para pagamento parcelado se as contribuições tratadas no parágrafo anterior não tiverem sido pagas.

§ 3º. A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea j do art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

§ 4º. As contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 5º. Será admitido o reparcelamento, por uma única vez, desde que o devedor recolha, no ato da solicitação, dez por cento do saldo devedor atualizado. (§ 5º acrescentado pela Lei 8.620/93)

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

*Atera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991,
e dá outras providências.*

Art. 1º. Os arts. 20, 30, 38, 39, 43, 44, 50 e 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.212/91.

Art. 2º. Os arts. 128 e 131 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.213/91.

Art. 3º. As contribuições e demais importâncias devidas à Seguridade Social recolhidas fora dos prazos ficam sujeitas, além da atualização monetária e de multa de caráter irrelevável, aos juros moratórios a razão de um por cento por mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor atualizado das contribuições.

Parágrafo único. Aos acréscimos legais de que trata o *caput* deste artigo, aplicar-se-á a legislação vigente.

.....

.....

Art. 1º. Os arts. 20, 30, 38, 39, 43, 44, 50 e 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.212/91.

Art. 2º. Os arts. 128 e 131 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.213/91.

Art. 3º. As contribuições e demais importâncias devidas à Seguridade Social recolhidas fora dos prazos ficam sujeitas, além da atualização monetária e de multa de caráter irrelevável, aos juros moratórios a razão de um por cento por mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor atualizado das contribuições.

Parágrafo único. Aos acréscimos legais de que trata o *caput* deste artigo, aplicar-se-á a legislação vigente.

.....

.....

**PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995
(DO SR. FERNANDO GONÇALVES)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995, QUE AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS EM GERAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

PARA OFERECER PARECER AO PROJETO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO JOFRAN FREJAT.....

PARA OFERECER PARECER AO PROJETO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO

PARA OFERECER PARECER AO PROJETO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

EM VOTAÇÃO O PROJETO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

EM VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

alv
10/8/95

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a **RETIRADA do Projeto de Lei nº 373-A, de 1995**, constante do item 1º da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1995

Marcelo Déda

Deputado MARCELO DÉDA
Líder em exercício do PT

Excelentíssimo Senhor
Deputado LUIZ EDUARDO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados



Sr. Presidente

De acordo com os termos regimentais
adiantados ^{2 anos} Pdo Regimento de Urgência
Urgência ao projeto de lei 548/95, item
III da matéria sobre a base

Sala de Sessão em,

Assinatura [Assinatura]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 373, DE 1995

(Do Sr. Inocêncio Oliveira)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos de empresas concessionárias de serviço público federal para com o Instituto Nacional de Seguridade (INSS), referentes a contribuições de empregador, existentes na data de publicação desta Lei, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 31 de março de 1.995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses, caso a confissão da dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias daquela data.

§ 1º Não serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

§ 2º Para a apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, sem a adição de quaisquer penalidades.

§ 3º O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa.

Art. 2º O Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, poderá, por despacho fundamentado, celebrar transação que

importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, referentes a contribuições de empregador, envolvendo competências anteriores a 31 de março de 1995, incluídos ou não em notificação, mediante concessões mútuas ou pagamento parcelado, em até 96 (noventa e seis) meses, na forma prevista no art. 10 da Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993, caso a confissão de dívida ocorra dentro de 90 (noventa) dias da data de publicação desta lei.

§ 1º A mesma autoridade poderá conceder remissão parcial de débitos, inclusive multas, desde que neles não se incluam contribuições descontadas de segurados empregados.

§ 2º Tanto a transação quanto a remissão devem atender:

I - à situação econômico-financeira da empresa devedora;

II - a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Plano Real, ao procurar estabilizar a economia e acabar com a inflação, obrigou as empresas a reformularem toda sua sistemática de administração de negócios, dentro de uma nova ótica operacional.

Recentes diplomas, anteriores ao Plano, tem procurado permitir a ré-arrumação da Previdência Social, culminando agora com a remessa, ao Congresso Nacional, dos Projetos de Emenda Constitucional e de Lei que permitirão o aperfeiçoamento da atual legislação.

Nota-se que uma das preocupações do atual Governo é o aperfeiçoamento gerencial e o combate à sonegação, fazendo com que todos os devedores recolham os seus débitos, a fim de permitir maior aporte de recursos aos cofres da Previdência.

Em julho de 1.991, com a edição da Lei de Custeio da Previdência Social (Lei nº 8.212, de 27/07/1991) deu-se um importante passo para o recolhimento dos débitos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo-se o parcelamento, em até 240 meses, de suas dívidas. (art. 58)

Mais recentemente, a Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1.993 (art. 10), permitiu o mesmo favor às empresas públicas e sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público. Percebe-se que existe uma tendência do Governo em encontrar formula que ajude a dar solução à descapitalização de concessionárias de serviços delegados pelo Poder Público. Esse sinal foi dado por esse diploma legal ao conceder às entidades de economia mista prazo de 240 meses para a quitação de seus débitos previdenciários, embora com cunho restritivo, deixando ao largo as concessionárias privadas.

De acordo com o princípio existente no § 2º, do art. 173, da Constituição Federal, de que **"as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado"**, uma concessionária de serviços públicos federais - a VASP - obteve recentemente, em ação declaratória postulada junto à 12ª Vara Federal de São Paulo, a suspensão de seu processo de execução fiscal movido pelo INSS, em que se pretende aplicar aquela concessionária federal de transporte aéreo os benefícios da Lei nº 8.620/93, com base no princípio da isonomia tributária assegurado pela Constituição Federal.

Além de permitir o parcelamento dos débitos das empresas concessionárias de serviços públicos federais referentes a contribuições de empregador, não se incluindo, entre tais valores, contribuições descontadas aos empregados. O objetivo da presente emenda, pois, também, na linha dos preceitos contidos no art. 172, do Código Tributário Nacional, é permitir que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, ou quem por ele designado, celebre transação que importe na extinção de débitos junto à Seguridade Social, permitindo aos atuais devedores colocarem em dia suas obrigações previdenciárias, definindo maior volume de arrecadação de valores atrasados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1995.



Deputado Inocêncio de Oliveira

PFL-PE

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1.º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2.º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3.º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4.º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5.º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Código Tributário Nacional

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (*)

Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

.....
TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO
.....

.....
CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
.....

Seção IV
Demais Modalidades de Extinção
.....

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I — à situação econômica do sujeito passivo;
- II — ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III — à diminuta importância do crédito tributário;
- IV — a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V — a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 155.

- *Sobre remissão das dívidas tratam os arts. 1.053 a 1.055 do Código Civil.*
 - *Vide arts. 156, IV, e 108, IV.*
 - *Extinção do crédito tributário: arts. 156 e segs.*
 - *Imposto de Renda; remissão de créditos tributários: Decreto-lei n.º 527, de 11 de abril de 1969.*
-

LEI N.º 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

Altera as Leis n.ºs 8.212⁽¹⁾ e 8.213⁽²⁾, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 10. Excepcionalmente, nos meses de fevereiro a julho de 1993, os débitos junto à Seguridade Social, de responsabilidade de empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, referentes a competências anteriores a 1.º de dezembro de 1992, incluídos ou não em notificação, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado na forma do disposto neste artigo, desde que atendidas as seguintes condições:

- I — garantia ou aval da União, no caso das empresas públicas ou sociedades de economia mista por esta controladas; ou
- II — interveniência do Estado, do Distrito Federal ou do Município pelo oferecimento das respectivas parcelas junto ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, nos demais casos.

§ 1º Os débitos de que trata este artigo poderão ser parcelados em:

- a) até duzentos e quarenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de fevereiro;
- b) até duzentos e dez meses, no caso de solicitação apresentada no mês de março;
- c) até cento e oitenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de abril;
- d) até cento e cinquenta meses, no caso de solicitação apresentada no mês de maio;
- e) até cento e vinte meses, no caso de solicitação apresentada no mês de junho;
- f) até noventa meses, no caso de solicitação apresentada no mês de julho.

§ 2º Em hipótese alguma serão aceitos pagamentos ou garantias sob a forma de prestação de serviços.

§ 3º O pedido de parcelamento das entidades referidas no inciso II deste artigo far-se-á com a interveniência direta do respectivo Estado ou Município, ou do Distrito Federal, que responderá solidariamente pelo acordo, e, em caso de inadimplência, o valor da parcela será automaticamente bloqueado no respectivo Fundo de Participação e repassado ao INSS.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Os débitos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existentes até 1º de setembro de 1991, poderão ser liquidados em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais.

Parágrafo único - Para apuração dos débitos será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção de seus créditos.

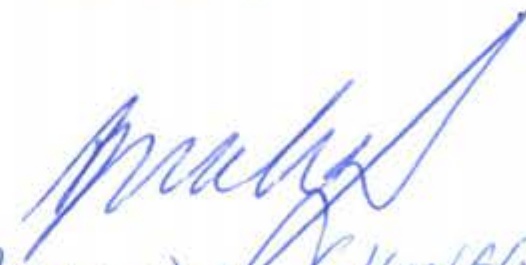


REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais a **retirada** do requerimento de urgência apresentado ao PL 548/95, da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 28.06.95


DEP. ARLINDO CHINAGLIA - PT
FRANCIS D. Smith



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEFIRO. APENSE-SE O PL. N. 548/95 AO PL.
N. 373/95. OFICIE-SE AO REQUERENTE E,
APOS, PUBLIQUE-SE.
EM 28 / 06 / 95


PRESIDENTE

REQUERIMENTO

(Do Sr. OSVALDO BIOLCHI)

Solicita a tramitação
conjunta dos Projetos de
Lei nºs 373 e 548, de 1995.

Senhor Presidente

Em 25 de abril transato, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 373, de 1995, que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências".

Referida proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Redação, estando ainda pendente de parecer da primeira, em virtude de adiamento da discussão do parecer, acompanhado do substitutivo, que ofereci, como relator da matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 31 de maio último, todavia, foi apresentado o Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Sr. Deputado Fernando Gonçalves, assim ementado: "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências", o qual, literalmente, reproduz o texto do mencionado substitutivo de minha autoria.

Este segundo Projeto acha-se distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, também aguardando parecer da primeira.

Em tais condições, afigura-se imperativa a observância de preceito regimental consubstanciado no art. 142, que determina o **trâmite conjunto de ambas as proposições**, uma vez que se deixou de cumprir tempestivamente o disposto no inciso I do art. 149 do mesmo Regimento, quanto à distribuição por dependência, e conseqüente apensação das matérias.

Requeiro, pois, a Vossa Excelência, na forma dos arts. 142 e 143 do RICD, a tramitação conjunta dos PLs nºs 373 e 548, de 1995.

Sala das Sessões, em de junho de 1995.

Deputado OSVALDO BIOLCHI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

al do
09/8/95

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, requeremos urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 373-A/95, de autoria do Dep. Inocêncio Oliveira, que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências".

Sala das sessões, 08 de agosto de 1995.

Almoine PSDB
La de PFL

Freire JR - PMDB
Fernando Higashino - Líder Grupo
Congresso.
Vitor Lida Gomes
Marchion pelo PPR.
Antonio Sérgio B. Camargo - PDT
Eduardo Suarez PP



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.820, DE 1993

(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Estabelece critérios de parcelamento dos débitos das Prefeituras Municipais para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.677, DE 1992).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os débitos das Prefeituras Municipais para com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, existentes, poderão ser liquidados em parcelas mensais, devendo o valor mensal das parcelas não exceder aos seguintes percentuais do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

- I** - 6 % (seis por cento), para Municípios com até 20 (vinte) mil habitantes;
- II** - 8% (oito por cento), para Municípios com até 50 (cinquenta) mil habitantes;
- III** - 10% (dez por cento), para Municípios com até 150 (cento e cinquenta) mil habitantes; e
- IV** - 12% (doze por cento), para Municípios com mais de 150 (cento e cinquenta) mil habitantes

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Projeto de Lei ora apresentado, visa assegurar o efetivo pagamento dos débitos das Prefeituras Municipais perante o INSS, mediante o estabelecimento de limites máximos que o valor das parcelas mensais poderão comprometer do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.

Os critérios de comprometimento das verbas do FPM foram fixados, levando-se em consideração a população dos Municípios, o que, a nosso ver, figura como medida de elevado conteúdo de justiça.

A grande dificuldade encontrada pelos Prefeitos Municipais, ao assumirem, no início deste ano, foi a pesada dívida com o INSS, que em muitos casos ultrapassam a 20 (vinte) anos.

O pagamento do parcelamento, aliado às dificuldades econômicas da maioria das Prefeituras, tem acarretado grandes problemas para a administração municipal, não obtendo inclusive, orçamento para aplicar recursos em investimentos básicos para a população, tipo: educação, saúde, habitação e saneamento.

E, para agravar ainda mais este quadro, caso não seja pago os valores mensais do parcelamento nos moldes atuais, fica a Prefeitura impedida de receber a sua cota do Fundo de Participação dos Municípios, bem como a proibição para obter qualquer verba no âmbito Federal.

Acreditamos, pois, que a presente iniciativa reveste-se da maior relevância, tanto como solução para os graves problemas financeiros que enfrentam a maioria das Prefeituras Municipais, quanto como estímulo ao crescimento da arrecadação previdenciária.

Em face da urgência e da inegável importância da matéria, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para que o nosso projeto alcance aprovação.

Sala das Sessões, 11 de

de 1993

Deputado NELSON MARQUEZELLI

**PARECERES AO
PROJETO DE LEI Nº
373-A,
DE 1995**

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

**O SR. JOFRAN FREJAT (PP - DF. Para emitir parecer. Sem
revisão do orador)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do Projeto de Lei nº 373-A, de 1995, que engloba dois. Um, de autoria do Deputado Fernando Gonçalves e outro do Deputado Inocêncio Oliveira, ambos com o mesmo objetivo. Em virtude das dificuldades por que passam vários setores da economia, visam permitir o parcelamento do débito do empregador com relação à Previdência, em 96 meses, tendo, para isso, 180 dias.

Foram incluídos no relatório da Comissão de Seguridade Social e Família as Prefeituras, os Estados e o Distrito Federal, que se encontravam também em muita dificuldade, tendo até sua parcela do Fundo de Participação dos Municípios bloqueada.

Nesse sentido, os dois projetos vêm em boa hora. Os Líderes reuniram-se para discutir, e a Comissão de Seguridade Social e Família oferece o parecer favorável. No mérito, somos pela aprovação.

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 373-A, de 1995, apresentado pelo Deputado Inocêncio Oliveira, está sendo fruto de negociação para se chegar a um acordo. Fui informado pelo Deputado Osvaldo Biolchi - a quem não estou encontrando aqui - que houve um amplo acerto com o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social para, inclusive, inserir alguns dispositivos, visando à correção de aspectos da legislação atual.

Assim, o parecer da Comissão de Finanças e Tributação é pelo substitutivo apresentado pelo Deputado Osvaldo Biolchi.

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

O SR. VILMAR ROCHA (Bloco/PFL-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já foram proferidos os pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Seguridade Social, e Família, ao Projeto de Lei nº 373-A, de 1995, todos ressaltando que este projeto foi objeto de amplo acordo entre as Lideranças partidárias e até mesmo com o Ministério da Previdência e Assistência Social. Segundo exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, não há inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Diante disso, o parecer é favorável ao substitutivo apresentado pelo Deputado Osvaldo Biolchi e na mesma linha do parecer das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

**PARECERES ÀS
EMENDAS AO
PROJETO
DE LEI Nº 373-A,
DE 1995**

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA
EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
ÀS EMENDAS AO PL Nº 373/95**

O SR. OSVALDO BIOLCHI (Bloco/PTB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em mãos dezenove emendas de Plenário, apresentadas até este momento.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Severino Cavalcanti, reza:

"Substitua-se, no § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 548/95 (apensado), a expressão "50%" por "100%"."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelas apresentações propostas e discussões levantadas nesta Casa, este Relator deixa de receber esta emenda por entender que, realmente, prorrogar o prazo de pagamento por 96 meses, com 50% de redução da multa, já é um benefício muito grande oferecido às empresas brasileiras. Então, quanto às empresas privadas, nosso parecer é no sentido de manter os 50%. Quanto às Prefeituras, aos Estados e ao Distrito Federal, mantemos o percentual original de 100%.

A Emenda nº 2, também do Deputado Severino Cavalcanti, diz o seguinte:

"Substitua-se no § 1º do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a expressão "50% das importâncias devidas a título de multa, sendo total da isenção no caso dos Municípios, Estados e Distrito Federal", por "100% das importâncias devidas a título de multa"."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que esta segunda emenda está prejudicada, porque na verdade já estão previstos, no Substitutivo, 50% aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal. Então, não há razão para apresentação dessa segunda emenda. Por isso deixo também de acatá-la.

A terceira emenda de autoria do Deputado Nelson Marchezan, autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Eis o texto da Emenda nº 3:

"Acrescente-se, após o § 5º do art. 1º do Substitutivo, parágrafo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art.1º....."

.....

§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo, às entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei n 8.212, de 24 de julho de 1991."

Justifica o nobre Deputado a sua emenda:

"A presente emenda estende às entidades filantrópicas a possibilidade de parcelamento, em doze meses, das importâncias descontadas de seus empregados e não recolhidas ao INSS, conferida pelo Substitutivo, em caráter excepcional, apenas aos Estados e Municípios, desde que essas entidades não possuam fins lucrativos e atendam às condições previstas nos incisos III e V da Lei nº 8.212, de 1991.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou pelo acolhimento da Emenda de nº 3 ao Substitutivo apresentado ao Projeto nº 373-A, de 1995, porque vem estender o benefício às entidades filantrópicas, incluindo o parcelamento em doze meses das importâncias descontadas dos empregados.

A Emenda de nº 4, Sr. Presidente, de autoria do Deputado Hugo Biehl, autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

Reza a emenda:

"Acrescente-se ao texto do § 5º do art. 1º, logo após a palavra 'Excepcionalmente,...'; a seguinte expressão: '...as cooperativas agrícolas,...' "

Sr. Presidente, Srs. Deputados, através desta emenda, o nobre colega quer dar maior abrangência ao recolhimento dos débitos das

cooperativas agrícolas, equiparando-as, no presente caso, às demais empresas, porque as cooperativas agrícolas atravessam grave crise financeira decorrente da perda de renda na agricultura.

A presente emenda, se adotada pelas Casas do Congresso Nacional, viabilizará a regularização dos débitos daquelas instituições, sem maior comprometimento de caixa.

Pela crise que vivemos na agricultura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Relator acolhe também a Emenda de nº 4.

A Emenda de nº 5, de autoria do Deputado José Carlos Vieira, pretende mudar o art. 2º.

Sr. Presidente, por entender prejudicada esta Emenda nº 5, deixo de aceitá-la, porque não constam mais do Substitutivo apresentado por este Relator o art. 20 e o art. 31, § 2º, da Lei nº 8.212, de 1991. Esta emenda está prejudicada, não havendo razão para sua permanência.

A Emenda nº 6, aditiva, é de autoria do Deputado José Maurício.

Diz o seguinte:

"Adicione-se, onde couber, os seguintes artigo e parágrafo:

Art. O trabalhador que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social,

sendo-lhe assegurado o parcelamento em até noventa e seis meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único. Para a apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa."

Sr. Presidente, entendo que essa emenda, na verdade, tem um grande significado social, porque após este momento de desemprego muitos trabalhadores vão ser readmitidos. É justo que, como o empregador tem sua oportunidade de regularizar-se perante a Previdência Social, da mesma forma deva tê-la o trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, estou acatando na sua integralidade a Emenda nº 6.

A Emenda de nº 7, de autoria do Deputado José Maurício, estabelece:

"Adicione-se onde couber, o seguinte artigo:

Art. Os débitos referentes a contribuições do empregado autônomo, inclusos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de julho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses."

Sr. Presidente, deixo de ler o parágrafo porque se identifica com o parágrafo da Emenda nº 6.

Acolho também essa emenda por se tratar do trabalhador autônomo.

A Emenda de nº 8, de autoria da Sra. Deputada Sandra Starling, é modificativa e autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que se especifica.

Diz o texto:

"Art. 1º. Excepcionalmente, nos cento e oitenta dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até setenta e dois meses."

Sr. Presidente, deixo de acolher a Emenda nº 8 por ter a mesma como objeto único e exclusivo a diminuição do prazo de noventa e seis meses para setenta e dois.

Já que vamos dar oportunidade às empresas, permaneço com a idéia de noventa e seis meses, e não setenta e dois. Por esta razão, deixo de acolher a Emenda de nº 8.

A Emenda nº 9, de autoria da Deputada Sandra Starling, é modificativa ao art. 1º e diz o seguinte:

"Excepcionalmente, nos noventa dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao INSS, referentes a contribuições do empregador, incluído ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até setenta e dois meses."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda nº 9, de autoria da Deputada Sandra Starling, só modifica dois pontos: em vez de cento e oitenta dias restringe a noventa dias; e de noventa e seis meses passa para setenta e dois meses.

Sr. Presidente, deixo de acolher a Emenda nº 9 por entender que apenas setenta e dois meses não são suficientes para se fazer o parcelamento em todo o País.

A Emenda nº 10, da Sra. Deputada Sandra Starling, é ao mesmo artigo e diz:

"Excepcionalmente, nos cento e oitenta dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao INSS, referentes a contribuições do empregador, incluído ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até oitenta e quatro meses."

Esta emenda também visa à diminuição do prazo de noventa e seis meses para oitenta e quatro.

No meu entender, deve-se permanecer com noventa e seis meses. Deixo de acolher a Emenda de nº 10.

A Deputada Sandra Starling apresenta a Emenda nº 11, dando ao § 1º do art. 1º a seguinte redação:

"Para apuração dos débitos no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social para correção dos seus créditos, acrescido da respectiva multa e juros de mora."

Diz S. Exa. que não cabe, além do parcelamento, conceder-se, de antemão, perdão da multa e de juros de mora, pois tal perdão configurar-se-ia num estímulo à inadimplência.

Ao que me parece, Sr. Presidente, o grande consenso da Câmara dos Deputados é no sentido de que se mantenha a redução da multa e os juros. Então deixo de acatar também a Emenda nº 11.

Da mesma forma, deixo de acatar a Emenda nº 12, de autoria da Deputada Sandra Starling, supressiva ao § 2º do art. 1º, que trata de redução de multa.

A Emenda nº 13, de autoria da Deputada Sandra Starling, apresenta ao § 4º a seguinte substituição:

"Art. 1º.

§ 4º - As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no §

5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 janeiro de 1993, vedada qualquer redução dos valores cobrados a título de juros e multa."

Sr. Presidente, tendo ainda o propósito de não possibilitar o benefício do perdão da multa, deixo também de acatar a Emenda nº 14, da Deputada Sandra Starling, que diz: "Suprima-se o § 5º do art. 1º", que estende a abrangência do benefício aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

Entendo, **data venia**, que são justamente os Municípios, os Estados e o Distrito Federal os que mais precisam do benefício, neste momento em que baixou muito a arrecadação do País. Portanto, devem ser atendidos por essa anistia.

A Emenda nº 15 também não será acatada.

A Emenda nº 16 diz:

"Art. 1º

§ 5º- Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até doze meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, acrescida dos juros e multas correspondentes, sendo estas computadas em dobro".

Diz a justificação que o parágrafo original do substitutivo, além de convalidar ato criminoso, ao permitir o parcelamento de dívida decorrente de contribuições descontadas dos trabalhadores e não recolhidas à Previdência, ainda libera os devedores da multa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que, se mantivermos essa multa, quem irá pagá-la será a sociedade, e sempre haverá prejuízo para os empregados.

Portanto, deixo de acolher a Emenda nº 16, bem como a Emenda nº 17, também da Deputada Sandra Starling.

Por esta última emenda, S. Exa. propõe, até R\$ 249,80, alíquota de 8% de desconto; de R\$ 249,81 até R\$ 416,33, 9% de desconto; e, de R\$ 416,34 até R\$ 832,66, 10% de desconto.

Rejeito também esta emenda, porque este Congresso, em outra oportunidade, já estabeleceu as alíquotas previstas no substitutivo.

A Emenda nº 18, de autoria da Deputada Sandra Starling, diz:

"Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. Nos casos em que não houver título executivo, judicial ou extrajudicial, a execução judicial dos débitos com a Previdência Social decorrentes da inadimplência ou falta de pagamento de contribuições devidas ou de parcelas resultantes de acordo de parcelamento observará o procedimento sumariíssimo de que trata o art. 275 do Código de Processo Civil."

A justificação da Deputada é a seguinte:

"A execução das dívidas com a Previdência Social deve ser agilizada. Um meio para esta agilização é adotar-se o procedimento sumariíssimo previsto no art. 275 do Código de Processo Civil. Somente com instrumentos ágeis de cobrança a Previdência poderá fazer valer, efetivamente, os direitos dos trabalhadores e tornar líquidos os débitos."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rejeito esta emenda porque iríamos modificar a execução fiscal. Haveria uma implicação muito grande no Código de Processo Civil. Por esta razão, deixo de acatar esta emenda.

A Emenda nº 19, de autoria da Deputada Sandra Starling, diz o seguinte:

"Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. No prazo de até 60 dias, a contar da publicação desta lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei destinado a tornar mais ágeis e céleres os procedimentos de execução judicial e extrajudicial da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social decorrente da inadimplência ou falta de pagamento de contribuições devidas à Previdência Social, ou de parcelas resultantes de acordo de parcelamento."

Diz a justificção:

"A execução das dívidas com a Previdência Social deve ser agilizada. Um meio para essa agilização é adotar-se o procedimento judicial mais adequado a esta agilização, que atenda ao interesse da

execução da dívida ativa da Previdência. Para tanto, propomos que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei, no prazo de 60 dias, haja vista que a legislação vigente que rege a execução da dívida ativa da Previdência contempla dispositivos que retardam o recebimento dos créditos previdenciários, servindo aos interesses dos inadimplentes contumazes e maus pagadores."

Sr. Presidente, estou rejeitando a Emenda nº 19.

O emérito e zeloso Ministro da Previdência está tomando providências e tem todo interesse em, não em 60 dias, mas num prazo menor, apresentar novos mecanismos para cobrar esses débitos, especialmente os tributários. Mediante esse projeto de lei e essa legislação, as empresas estão, agora, com mais alento, tomando um maior fôlego para adimplir obrigações.

São estas as emendas apresentadas.

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA ÀS EMENDAS AO PL 373/95

O SR. JOFRAN FREJAT (PP-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Emenda nº 1 pretende diminuir a multa substituindo a expressão 50% para 100%. No meu entendimento, não se trataria de manutenção da multa, mas, sim, de uma anistia. Portanto, meu parecer é contrário à Emenda nº1.

A Emenda nº 2 tem o mesmo objetivo. Da mesma forma, somos contrários a essa emenda.

A Emenda nº 3 dispõe o seguinte:

"Art.1º.....

.....

§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo, às entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212....."

Com relação a essa emenda, o nosso parecer é favorável.

A Emenda nº 4 dispõe o seguinte:

"Acrescente-se ao texto do § 5º do art. 1º, logo após a palavra 'Excepcionalmente,...', a seguinte expressão: '...as cooperativas agrícolas,...' "

Entendemos que cooperativa agrícola é uma empresa, portanto, já tem o benefício do desconto do empregador. Por isso o nosso parecer é contrário à Emenda nº 4.

A Emenda nº 5 pretende modificar o § 2º do art. 31. É importante porque se trata de artigo que não consta do Substitutivo do Relator.

Vejamos:

"Art. 31.....

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação, à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação".

Ora, Sr. Presidente, é bom alertar que se pretende que a empresa que contratou serviços de vigilância, limpeza, etc., não seja responsável pelos débitos que essas empresas contratadas contraíam com a Previdência Social. Não é justo que uma empresa que contratou uma terceira, no serviço de fiscalização, e essa terceira empresa não cumpriu com a sua responsabilidade, que a empresa contratante tenha de pagar ou ser solidária no seu pagamento.

Desta forma, somos contrários à Emenda nº 5.

Diz a Emenda nº 6:

"O trabalhador que tiver o seu contrato de trabalho rescindido por qualquer causa ou motivo poderá, quando da readmissão, regularizar a sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até 96 meses das contribuições referentes ao período do desemprego."

Concordo, Sr. Presidente, que da mesma forma que se vai facilitar para os empregadores, creio que se deve dar essa oportunidade aos empregados. Sou favorável à Emenda nº 6.

A Emenda nº 7, da Deputada Sandra Starling visa a adicionar o seguinte artigo:

"Os débitos referentes a contribuições do desempregado autônomo, incluídos ou não em notificação ..., " Consideramos justo que os empregados, assim como os empregadores, tenham também direito ao parcelamento de seus débitos em até 96 meses."

Sou favorável à aprovação da aprovação da proposta.

A Emenda nº 8 tenta mudar o prazo do parcelamento, diminuindo - o de 96 para 72 meses.

Como já teve a amplitude de 96 meses, não há razão para se diminuir para 72 meses, se as próprias Lideranças de Governo já entenderam ser possível.

Sou contrário à Emenda nº 8.

A Emenda nº 9 também reduz o prazo de parcelamento.

Ela já foi atendida. Sou contrário, pois, à sua aprovação.

A Emenda nº 10 também objetiva reduzir para 84 meses o prazo de parcelamento. Por já ter sido atendida, sou contrário à sua aprovação.

A Emenda nº 11 tem o seguinte teor:

"Para apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social para correção de seus créditos, acrescido da respectiva multa e juros de mora."

Ora, se estamos concedendo a redução da multa, não há justificativa para se manter multa e juros de mora. Sou, portanto, contrário à Emenda nº 11.

A Emenda nº 12 pretende suprimir o § 2º do art. 1º, que reduz a multa a 50%. Somos contrários a esta emenda.

A Emenda nº 13 estabelece o seguinte:

"As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo... vedada qualquer redução dos valores cobrados a título de juros e multa."

Da mesma forma, somos contrários a esta emenda porque prejudica aqueles que querem acomodar a sua situação financeira.

A Emenda nº 14 pretende suprimir o § 5º do art. 1º, retirando o direito que se dá a Estados, Distrito Federal e Municípios de reduzir ou retirar suas multas. Somos contrários à proposição.

O mesmo se dá com a Emenda nº 15, que acresce juros e multas para Estados, Distrito Federal e Municípios que parcelarem seus débitos. Somos contrários a esta emenda.

A Emenda nº 16 pretende cobrar em dobro a multa dos seus débitos. Somos contrários à sua aceitação.

A Emenda nº 17 pretende alterar os valores do salário de contribuição que já foi aprovado anteriormente. Somos contrários à proposta.

A Emenda nº 18 pretende incluir o seguinte dispositivo:

"Nos casos em que não houver título executivo, judicial ou extrajudicial, a execução judicial dos débitos com a Previdência Social decorrentes da inadimplência ou falta de pagamento de contribuições devidas ou de parcelas resultantes de acordo de parcelamento, observará o procedimento sumaríssimo de que trata o art. 275 do Código de Processo Civil."

A emenda já está atendida no projeto de lei apresentado. Somos contrários a ela.

A Emenda nº 19 exige que o Poder Executivo encaminhe, em sessenta dias, um projeto de lei para acelerar os procedimentos de execução judicial e extrajudicial da dívida ativa do Instituto Nacional do

Seguro Social. Já existe no projeto uma proposta no sentido de que sejam mais sérias essas cobranças. Portanto, somos mais uma vez contrários à proposta.

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO ÀS EMENDAS

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão de Finanças e Tributação tem sobre as emendas a mesma posição adotada pelo Deputado Jofran Frejat.

Somos favoráveis às Emendas nº 6 e nº 7 e contrários às demais.

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA
EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
ÀS EMENDAS**

O SR. VILMAR ROCHA (Bloco/PFL-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como acabamos de ver, a tramitação desse projeto no plenário da Câmara é objeto de intensa negociação pelas Lideranças Partidárias e pelo Poder Executivo. Examinando rapidamente as emendas, já que não é possível, nesse clima de negociação, fazer uma análise mais detalhada, posso constatar que não há, dentre todas as emendas apresentadas, nenhuma inconstitucionalidade, injuridicidade ou falta de técnica legislativa expressa.

Considerando que essa matéria ainda será objeto de negociação e passará também pelo crivo revisor do Senado Federal, como Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o meu parecer é pela admissibilidade e constitucionalidade das dezenove emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 373, de 1995.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 373-B, DE 1995

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Excepcionalmente, nos 180 (cento e oitenta) dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º - Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º - A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º - O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.



§ 4º - As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º - Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e as cooperativas agrícolas poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º - Aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior às entidades beneficentes de assistência social que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º - Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 8º - O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial do saldo devedor em até 90 (noventa) dias.

§ 9º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º - Os débitos referentes a contribuições do empregado autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto



de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

Parágrafo único - Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa.

Art. 3º - O assalariado que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até 96 (noventa e seis) meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único - Para apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa.

Art. 4º - O art. 20, o § 2º do art. 31 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 -

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA EM %
até 249,80	8,00%
de 249,81 até 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

.....

Art. 31 -

.....

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não



relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.

.....

Art. 89 - Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

§ 1º - Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º - Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas **a**, **b**, e **c** do parágrafo único do art. 11 desta lei.

§ 3º - Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º - Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º - Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º - A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.



§ 7º - Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios."

Art. 5º - Os arts. 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86 - O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....

Art. 128 - As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil."

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogados o art. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1995.

Relator


PS-GSE/233/95

Brasília, 18 de agosto de 1995.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 373, de 1995, da Câmara dos Deputados, o qual "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador ODACIR SOARES RODRIGUES
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

SENADO FEDERAL
Secretaria - Correl da Mesa
PCL N.º 100 9-5
Fls. 01 *ph*

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 0373

de 19 95

A U T O R

E M E N T A Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas concessionárias de serviço público federal e a transação e remissão de débitos, na forma que especifica, e dá outras providências.

INOCÊNCIO OLIVEIRA
(PFL-PE)

A N D A M E N T O

**COMISSÕES
PODER TERMINATIVO**
Artigo 24, Inciso II
(Res. 17/89)

25.04.95

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o Projeto.

MESA

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - (Art. 24, II).

PLENÁRIO

10.05.95

É lido e vai a imprimir.

DCN 13106195, nº 12945-1. 01-

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

APENSADO PL. 548/95

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

18.05.95 Distribuído ao relator,, Dep. OSVALDO BIOLCHI

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

18.05.95 Prazo para apresentação de emendas: cinco sessões.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

26.05.95 Foram apresentadas três emendas pelo Dep. JOSÉ PIMENTEL.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

02.06.95 Parecer favorável do relator, Dep. OSVALDO BIOLCHI, com substitutivo.

MESA

28.06.95 Deferido requerimento do Dep. OSVALDO BIOLCHI, solicitando a apensação do PL. 548/95 a este.

PLENÁRIO

28.06.95 Apresentação de requerimento dos Dep. Luis Carlos Santos, líder do Governo; Inocêncio Oliveira, líder do BLOCO PFL/PTB; e Michel Temer, líder do PMDB, solicitando, nos termos do art. 155 do R.I. URGÊNCIA para o PL. 548/95, apensado.
Retirado de pauta de ofício.

MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)

28.06.95 É lido e vai a imprimir, pendente de pareceres das Comissões de Trabalho de Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação.
(PL. Nº 373-A/95)

ANDAMENTO

PLENÁRIO

09.08.95 Aprovado requerimentos dos Dep. Arnaldo Madeira, na qualidade de líder do PSDB; José Carlos Aleluia, na qualidade de líder do Bloco PFL/PTB; Freire Júnior, na qualidade de líder do PMDB; Germano Rigotto, líder do Governo no Congresso; Benito Gama, Vice-Líder do Governo na Câmara; Nelson Marquazan, na qualidade de líder do PPR; Antonio Sérgio B. Carneiro, na qualidade de líder do PDT, e Edson Queiroz, na qualidade de líder do PP, solicitando, nos termos do art. 155 do R.I. URGÊNCIA para este projeto.

VOTAÇÃO NOMINAL: SIM - 336; NÃO - 063; ABST - 007; TOTAL - 406.

PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA DO DEP. LUIZ CARLOS SANTOS E OUTROS, apresentado em 28.06.95, ao PL. 548/95, apensado a este projeto.

PLENÁRIO

10.08.95 Discussão em Turno Único.

Aprovado requerimento do Dep. Marcelo Déda, na qualidade de líder do PT, solicitando a retirada de pauta deste projeto.

PLENÁRIO

15.08.95 Discussão em Turno Único.

Designação do Dep. Osvaldo Biolchi para proferir parecer em substituição a CTASP, que conclui pela aprovação, com substitutivo.

Designação do Dep. Jofran Frejati para proferir parecer em substituição a CSSF, que conclui pela aprovação do Substitutivo da CTASP.

Continua ...

ANDAMENTO

PLENÁRIO

15.08.95

continuação da página anterior.

Designação do Dep. Luis Roberto Ponte para proferir parecer em substituição a CFT, que conclui pela aprovação do Substitutivo da CTASP.

Designação do Dep. Vilmar Rocha para proferir parecer em substituição a CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Discussão da matéria pelos Dep. Sandra Starling, Inácio Arruda, Franco Montoro, Jandira Peghali e Alexandre Cardoso.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 19 emendas.

Designação do Dep. Osvaldo Biolchi para proferir parecer às emendas, em substituição a CTASP, que conclui pela rejeição das emendas 01, 02, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19; e pela aprovação das de nºs 03, 04 e 06.

Designação do Dep. Jofran Frejat para proferir parecer às emendas, em substituição a CSSF, que conclui pela rejeição das emendas de nºs 01, 02, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19; e pela aprovação das de nºs 03, 06 e 07.

Designação do Dep. Luis Roberto Ponte para proferir parecer às emendas, em substituição a CFT, que conclui pela aprovação das emendas 06 e 07 e pela rejeição das demais.

Designação do Dep. Vilmar Rocha para proferir parecer às emendas, em substituição a CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO DA CTASP, ressalvados os destaques e as emendas: **APROVADO.**

Em votação as emendas de plenário nºs 06 e 07, com pareceres favoráveis: **APROVADAS.**

Em votação as emendas de plenário nºs 01, 02, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, com pareceres contrários: **REJEITADAS.**

Inversão de votação da emenda 03 para após a votação da emenda 04.

Em votação a emenda de plenário nº 04, com pareceres divergentes: **APROVADA.**

Verificação de votação solicitada pelo Dep. Arnaldo Madeira, na qualidade de líder do PSDB.

APROVADA A EMENDA. SIM - 246; NÃO - 184; ABST - 013 - TOTAL: 443.

Continua ...

ANDAMENTO

PLENÁRIO

15.08.95

Continuação da página anterior.

Em votação a emenda de plenário nº 03, com pareceres divergentes:

VOTAÇÃO NOMINAL, de ofício: SIM - 246; NÃO - 144; ABST - 009; TOTAL - 399: APROVADA

Destaque para Votação em Separado (DVS), da Dep. Sandra Starling e outros, para o art. 1º do Substitutivo ao PL. 373/95.

Em votação o art. 1º do Substitutivo ao PL. 373/95: APROVADO

SIM - 277; NÃO - 071; ABST - 009; TOTAL: 357 - (MANTIDO O DISPOSITIVO).

Em votação o requerimento, do Dep. Miro Teixeira e outros, de destaque para suprimir no § 1º do art. 1º do Substitutivo ao PL. 373/95 a seguinte expressão "Com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa: APROVADO.

Em votação a supressão no § 1º do art. 1º do Substitutivo ao PL. 373/95: REJEITADO O DESTAQUE (MANTIDA A EXPRESSÃO).

Destaque para votação em Separado (DVS), do Dep. Severino Cavalcanti e outros, para a emenda nº 02.

Em votação a emenda nº 02: REJEITADA.

Prejudicados os requerimentos de destaque do Dep. Inocêncio Oliveira.

Prejudicado o requerimento de destaque do Dep. Nelson Marchezan.

Prejudicado o requerimento de destaque do Dep. Edson Queiroz e outros.

Em votação a Redação Final, oferecida pelo relator, Dep.

: APROVADA.

Prejudicados o projeto original, o PL. 548/95 e demais proposições.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 373-B/95).

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF. PS-GSE/

CÂMARA DOS DEPUTADOS

29 NOV 1995 07:6443

PROCURADOR GERAL DA CÂMARA
11-11-1995

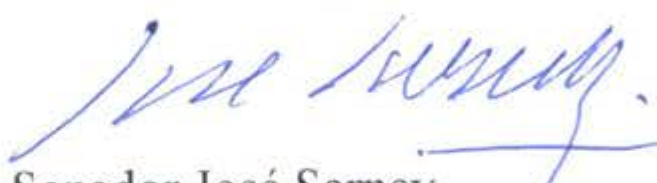
Ofício nº 721 (CN)

Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1.291, de 1995, na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1995 (PL nº 373, de 1995, nessa Casa), que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto, remetendo, para tanto, em anexo, autógrafo do Projeto vetado, cópia do seu estudo e da Mensagem Presidencial.

Senado Federal, em 29 de novembro de 1995



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luís Eduardo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
rfr/.

Lote: 73

Caixa: 18

PL Nº 373/1995

151

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão	Protocolo - Geral nº 4079
Data: 29/11/95	Hora: 18h
Ass.: 	Ponto: 5610

Mensagem nº 1.291

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 100, de 1995 (nº 373/95 na Câmara dos Deputados), que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Os dispositivos ora vetados são os seguintes:

Arts. 2º e 3º

"Art. 2º Os débitos referentes a contribuições de trabalhador autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses.

Parágrafo único. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa.

Art. 3º O assalariado que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até noventa e seis meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único. Para apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa."

Razões do veto

O Ministério da Previdência e Assistência Social assim se manifestou sobre esses artigos:

"O art. 2º e seu parágrafo único, bem como o art. 3º e seu parágrafo único merecem ser vetados com fundamento no interesse público. A má técnica redacional pode inclusive levar o intérprete e o aplicador da lei à perplexidade.

Na hipótese do art. 2º, não há previsão de prazo para o requerimento do parcelamento, ao contrário do disposto no artigo 1º, que prevê data de início e de fim para os requerimentos. Essa falta transformaria o artigo em norma permanente, com sérios inconvenientes para a Previdência Social, além de privilegiar uma determinada camada social em detrimento de outras.

Ademais, convém lembrar que o sistema atual já permite ao autônomo o parcelamento de seus débitos em até 60 meses, em geral parcelas de pequeno valor, e, transformando esse parcelamento para 96 meses, pode-se reduzir tanto o valor da parcela que o custo operacional da sua cobrança talvez fosse superior ao próprio valor cobrado.

Antes de abordar o art. 3º do PL 100, que autoriza o parcelamento das contribuições previdenciárias a cargo do empregado, referente ao período compreendido entre um contrato de trabalho e outro, é bom lembrar que "a contribuição previdenciária referente ao trabalhador assalariado é dividida em dois grandes segmentos, a saber: parte do empregado e parte do empregador. A parte referente ao empregado varia entre as alíquotas de 8 a 11% do seu respectivo salário, enquanto a contribuição a cargo do empregador varia de 21 a 23% do salário do empregado. Desta forma, é fácil de se observar, matematicamente, que grande parte da contribuição previdenciária referente ao trabalhador assalariado advém do pagamento da parte do empregador, na proporção de 3 por 1, aproximadamente.

A Lei nº 8.212, de 1991, que instituiu o Plano de Custeio da Previdência Social, não prevê em nenhum de seus artigos a contribuição previdenciária de trabalhador assalariado ou de seu ex-empregador referente ao período compreendido entre o final de um contrato e o início de outro. Assim sendo, não há como se falar em contribuição de assalariado durante o intervalo de um contrato de trabalho e outro.

É de ressaltar, ainda, que na redação do art. 3º não está previsto o pagamento ou parcelamento da contribuição referente à parte do empregador, nem pelo próprio assalariado ou por quem quer que seja, durante o intervalo de contratos de trabalho, lapso que ocasionaria um grande déficit aos cofres da Previdência Social.

Da mesma forma, o art. 3º permite abrir uma brecha para o aumento da informalização do mercado de trabalho, pois dá ensejo a que as relações de emprego sejam informalizadas e, após, reformalizadas em épocas próximas da aposentadoria.

Estes artigos, na prática, permitem que o "trabalhador" compre a sua aposentadoria, fazendo com que venha "regularizar" a sua situação junto à Previdência sem a imposição ou comprovação de qualquer tempo de serviço em relação a esses períodos."

Art. 128 da Lei nº 8.213/91 (texto integral do artigo com a nova redação dada pelo art. 5º do projeto)

"Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil,

Fl. 3 da Mensagem nº 1.291, de 20.11.95

oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos) serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil."

Razões do veto

Assim se pronunciou sobre esse dispositivo o Ministério do Trabalho:

"Quanto ao texto em si, embora a matéria em boa parte siga diretrizes da legislação em vigor, cumpre indicar a inconstitucionalidade da proposta relativa ao art. 128 da Lei 8.213/91.

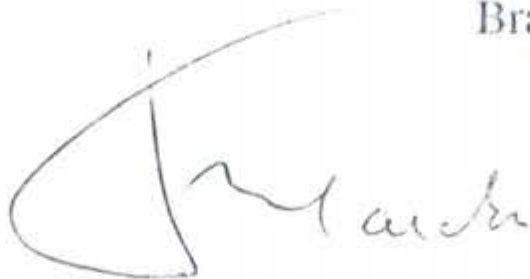
Na verdade, não se está apenas afastando a aplicação dos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil, mas a aplicação do art. 100 da Constituição, o que não é possível. O Erário não pode satisfazer o pagamento de ações judiciais, a não ser por intermédio de precatório. Trata-se de regra constitucional moralizadora e isonômica, que afasta a possibilidade de favorecimento de alguns credores em detrimento de outros.

Agrava-se o vício pela aparente indeterminação do que se tem por "valor da execução, por autor". A experiência mostra que as causas de valor ínfimo (considerado o valor dado à causa, não impugnado ou fixado após impugnação) envolvem, na verdade, vultosas importâncias, daí ter a Fazenda Pública sofrido significativas perdas com as leis de remissão de débitos. Não vemos no projeto, ou na lei, sequer a referência ao valor total e atualizado da condenação, por autor, à data do pagamento.

Se há inconstitucionalidade no dispositivo em vigor (art. 128 da Lei 8.213/91), temos que não cabe alterá-lo, a não ser que a modificação se disponha a retirar esse vício, o que não ocorre na espécie. Opinamos, pois, pelo veto à alteração desse dispositivo."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de novembro de 1995.



PROJETO DE LEI

Nº 373/954 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Nº 100/95 NO SENADO FEDERAL

EMENTA: Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

AUTOR: Deputado Inocêncio Oliveira

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 10.05.95 DCN (Seção I), DE 13.06.95

COMISSÕES:

Trab. Adm. e Serviço Público
Seguridade Social e Família
Finanças e Tributação
Const., Justiça e Redação

RELATORES:

Dep. Osvaldo Biolchi
Dep. Jofran Frejat
Dep. Luis Roberto Ponte
Dep. Vilmar Rocha
Dep. Nilson Gibson
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Através do Ofício PS-GSE/Nº 233, de 18.08.95

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 21.08.95 - DCN (Seção II) de 22.08.95.

COMISSÕES:

Assuntos Econômicos

Assuntos Sociais

CDIR

RELATORES:

Sen. Geraldo Melo
(Parecer nº 660/95-CAE)
Sen. Lúcio Alcântara
(Parecer oral)
Sen. Ney Suassuna
(Parecer nº 682/95-CDIR)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Através da Mensagem SF nº 383, de 27.10.95.

VETO PARCIAL MENS Nº 1291/95-CN
(nº 1.291/95, na origem)

Parte sancionada: Lei nº 9.129, de 20/11/95
(D.O. de 21/11/95)

Partes vetadas:

- art 2º caput;
- parágrafo único do art. 2º
- art 3º caput;
- parágrafo único do art. 3º
- art. 128 da Lei nº 8.213/91 (texto integral do artigo com a nova redação dada pelo art. 5º do projeto)

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:
SENADORES **DEPUTADOS**

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Sanciono em parte, pelas
razões constantes da
Mensagem de veto.

20.11.95

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que específica, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Excepcionalmente, nos cento e oitenta dias subseqüentes à publicação desta Lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses.

§ 1º Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de cinquenta por cento das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º A redução da multa, prevista no parágrafo anterior aplicar-se-à, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e as cooperativas agrícolas poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior às entidades beneficentes de assistência social que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 8º O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de



pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial de saldo devedor em até noventa dias.

§ 9º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a trezentas UFIR.

Art. 2º Os débitos referentes a contribuições de trabalhador autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses.

Parágrafo único. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa.

Art. 3º O assalariado que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até noventa e seis meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único. Para apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa.

Art. 4º O art. 20, o § 2º do art. 31 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.

Salário-de-contribuição	Alíquota em %
até 249,80	8,00
de 249,81 até 416,33	9,00
de 416,34 até 832,66	11,00

.....
Art. 31.

.....
§ 2º Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.

.....
Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

§ 1º Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas **a**, **b** e **c**, do parágrafo único do art. 11 desta Lei.

§ 3º Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a trinta por cento do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios".

Art. 5º Os arts. 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

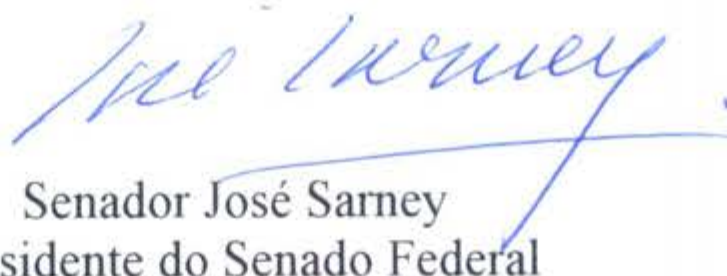
"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....
Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil".

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º São revogados os arts. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de outubro de 1995



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Recebi o original	
em 21/11/95, às 15 horas.	
Nome:	S. D. N.
Matricula:	3872


Aviso nº 2.425 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 20 de novembro de 1995.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 100, de 1995 (nº 373/95 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 9.129, de 20 de novembro de 1995.

Atenciosamente,


CLOVIS DE BARROS CARVALHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador ODACIR SOARES
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Excepcionalmente, nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º - Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º - A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º - O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.


§ 4º - As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º - Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e as cooperativas agrícolas poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º - Aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior às entidades beneficentes de assistência social que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º - Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 8º - O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial do saldo devedor em até 90 (noventa) dias.



§ 9º - Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º - Os débitos referentes a contribuições do empregado autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

Parágrafo único - Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa.

Art. 3º - O assalariado que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até 96 (noventa e seis) meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único - Para apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa.

Art. 4º - O art. 20, o § 2º do art. 31 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 -

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA EM %
até 249,80	8,00%
de 249,81 até 416,33	9,00%
de 416,34 até 832,66	11,00%

.....

Art. 31 -

.....

§ 2º - Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.

.....

Art. 89 - Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

§ 1º - Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º - Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS,

Y

valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas a, b, e c do parágrafo único do art. 11 desta lei.

§ 3º - Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º - Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º - Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º - A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º - Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios."

Art. 5º - Os arts. 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86 - O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....

Art. 128 - As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil."

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogados o art. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de agosto de 1995.



52011-3m11a1
1483 01.12.1

SGM/P nº 1483

Brasília, 11 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/Nº 721 de 29 de novembro de 1995, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **OSVALDO BIOLCHI, JOFRAN FREJAT e VILMAR ROCHA** para integrarem a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 373, de 1995, que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.


LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
DD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

SGM/P nº 1434

Brasília, 11 de dezembro de 1995.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 373 de 1995 que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.



LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Gabinete nº 925, anexo IV
N E S T A

SGM/P nº 1424

Brasília, 11 de dezembro de 1995.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 373 de 1995 que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.



LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **JOFRAN FREJAT**
Gabinete nº 321, anexo IV
N E S T A

SGM/P nº 1484

Brasília, 11 de dezembro de 1995.

Senhor Deputado,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência sua designação para integrar a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 373 de 1995 que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.



LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VILMAR ROCHA**
Gabinete nº 644, anexo IV
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 9.129/95

PROJETO DE LEI Nº 373/95

AUTOR: Dep. INOCÊNCIO OLIVEIRA

SANCIONADO EM: 20.11.95

PUBLICADO NO D.O. de 21.11.95, pág. 18617, col. 01

LEI Nº 9.129 , DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995.

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Excepcionalmente, nos cento e oitenta dias subsequentes à publicação desta Lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses.

§ 1º Para a apuração dos débitos, no ato do parcelamento, será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pelo INSS para correção dos seus créditos, com redução de cinquenta por cento das importâncias devidas a título de multa, sendo total a isenção no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º A redução da multa, prevista no parágrafo anterior aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º As empresas que possuam acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e as cooperativas agrícolas poderão optar, excepcionalmente, por parcelar as contribuições descontadas dos segurados empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas ao INSS, quando referentes a competências anteriores a 1º de agosto de 1995, em até 12 meses, na forma prevista neste artigo, ou nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993, gozando também da isenção total das multas.

§ 6º Aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior às entidades beneficentes de assistência social que atendam os requisitos estabelecidos nos incisos III e V do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 8º O parcelamento do débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS obrigado, de ofício, a proceder à execução judicial de saldo devedor em até noventa dias.

§ 9º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a trezentas UFIR.

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º O art. 20, o § 2º do art. 31 e o art. 89 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20

Salário-de-contribuição	Alíquota em %
até 249,80	8,00
de 249,81 até 416,33	9,00
de 416,34 até 832,66	11,00

Art. 31

§ 2º Entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos não relacionados diretamente com as atividades normais da empresa, tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção, vigilância e outros, independentemente da natureza e da forma de contratação.

Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.

§ 1º Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.

§ 2º Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, o valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas a, b e c, do parágrafo único do art. 11 desta Lei.

§ 3º Em qualquer caso, a compensação não poderá ser superior a trinta por cento do valor a ser recolhido em cada competência.

§ 4º Na hipótese de recolhimento indevido, as contribuições serão restituídas ou compensadas, atualizadas monetariamente.

§ 5º Observado o disposto no § 3º, o saldo remanescente em favor do contribuinte, que não comporte compensação de uma só vez, será atualizado monetariamente.

§ 6º A atualização monetária de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo observará os mesmos critérios utilizados na cobrança da própria contribuição.

§ 7º Não será permitida ao beneficiário a antecipação do pagamento de contribuições para efeito de recebimento de benefícios."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º Os arts. 86 e 128 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüelas que impliquem redução da capacidade funcional.

.....
Art. 128. (VETADO)"

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º São revogados os arts. 81 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e demais disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Reinhold Stephanes

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 1.289, de 20 de novembro de 1995. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Alívio à Pobreza Rural no Estado de Sergipe.

Nº 1.290, de 20 de novembro de 1995. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao 2º semestre de 1994.

Mensagem nº 1.291

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 100, de 1995 (nº 373/95 na Câmara dos Deputados), que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Os dispositivos ora vetados são os seguintes:

Arts. 2º e 3º

"Art. 2º Os débitos referentes a contribuições de trabalhador autônomo, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, serão objeto de acordo para pagamento parcelado em até noventa e seis meses.

Parágrafo único. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre essas importâncias nenhum acréscimo a título de multa.

Art. 3º O assalariado que tiver seu contrato de trabalho rescindido, por qualquer causa ou motivo, poderá, quando da readmissão, regularizar sua situação junto à Previdência Social, sendo-lhe assegurado o parcelamento em até noventa e seis meses das contribuições referentes ao período de desemprego.

Parágrafo único. Para apuração do valor das contribuições referentes ao período de desemprego do trabalhador considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, não incidindo sobre esse montante qualquer acréscimo a título de multa."

Razões do veto

O Ministério da Previdência e Assistência Social assim se manifestou sobre esses artigos:

"O art. 2º e seu parágrafo único, bem como o art. 3º e seu parágrafo único merecem ser vetados com fundamento no interesse público. A má técnica redacional pode inclusive levar o intérprete e o aplicador da lei à perplexidade.

Na hipótese do art. 2º, não há previsão de prazo para o requerimento do parcelamento, ao contrário do disposto no artigo 1º, que prevê data de início e de fim para os requerimentos. Essa falta transformaria o artigo em norma permanente, com sérios inconvenientes para a Previdência Social, além de privilegiar uma determinada camada social em detrimento de outras.

Ademais, convém lembrar que o sistema atual já permite ao autônomo o parcelamento de seus débitos em até 60 meses, em geral parcelas de pequeno valor, e, transformando esse parcelamento para 96 meses, pode-se reduzir tanto o valor da parcela que o custo operacional da sua cobrança talvez fosse superior ao próprio valor cobrado.

Antes de abordar o art. 3º do PL 100, que autoriza o parcelamento das contribuições previdenciárias a cargo do empregado, referente ao período compreendido entre um contrato de trabalho e outro, é bom lembrar que "a contribuição previdenciária referente ao trabalhador assalariado é dividida em dois grandes segmentos, a saber: parte do empregado e parte do empregador. A parte referente ao empregado varia entre as alíquotas de 8 a 11% do seu respectivo salário, enquanto a contribuição a cargo do empregador varia de 21 a 23% do salário do empregado. Desta forma, é fácil de se observar, matematicamente, que grande parte da contribuição previdenciária referente ao trabalhador assalariado advém do pagamento da parte do empregador, na proporção de 3 por 1, aproximadamente.

A Lei nº 8.212, de 1991, que instituiu o Plano de Custeio da Previdência Social, não prevê em nenhum de seus artigos a contribuição previdenciária de trabalhador assalariado ou de seu ex-empregador referente ao período compreendido entre o final de um contrato e o início de outro. Assim sendo, não há como se falar em contribuição de assalariado durante o intervalo de um contrato de trabalho e outro.

E de ressaltar, ainda, que na redação do art. 3º não está previsto o pagamento ou parcelamento da contribuição referente à parte do empregador, nem pelo próprio assalariado ou por quem quer que seja, durante o intervalo de contratos de trabalho, lapso que ocasionaria um grande déficit aos cofres da Previdência Social.

Da mesma forma, o art. 3º permite abrir uma brecha para o aumento da informalização do mercado de trabalho, pois dá ensejo a que as relações de emprego sejam informalizadas e, após, reformatizadas em épocas próximas da aposentadoria.

Estes artigos, na prática, permitem que o "trabalhador" compre a sua aposentadoria, fazendo com que venha "regularizar" a sua situação junto à Previdência sem a imposição ou comprovação de qualquer tempo de serviço em relação a esses períodos."

Art. 128 da Lei nº 8.213/91 (texto integral do artigo com a nova redação dada pelo art. 5º do projeto)

"Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor de execução, por autor, não for superior a R\$ 4.897,99 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos) serão isentas de pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil."

Razões do veto

Assim se pronunciou sobre esse dispositivo o Ministério do Trabalho:

"Quanto ao texto em si, embora a matéria em boa parte siga diretrizes da legislação em vigor, cumpre indicar a inconstitucionalidade da proposta relativa ao art. 128 da Lei 8.213/91.

Na verdade, não se está apenas afastando a aplicação dos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil, mas a aplicação do art. 100 da Constituição, o que não é possível. O Erário não pode satisfazer o pagamento de ações judiciais, a não ser por intermédio de precatório. Trata-se de regra constitucional moralizadora e isonômica, que afasta a possibilidade de favorecimento de alguns credores em detrimento de outros.

Agrava-se o vício pela aparente indeterminação do que se tem por "valor da execução, por autor". A experiência mostra que as causas de valor ínfimo (considerado o valor dado à causa, não impugnado ou fixado após impugnação) envolvem, na verdade, vultosas importâncias, daí ter a Fazenda Pública sofrido significativas perdas com as leis de remissão de débitos. Não vemos no projeto, ou na lei, sequer a referência ao valor total e atualizado da condenação, por autor, à data do pagamento.

Se há inconstitucionalidade no dispositivo em vigor (art. 128 da Lei 8.213/91), temos que não cabe alterá-lo, a não ser que a modificação se disponha a retirar esse vício, o que não ocorre na espécie. Opinamos, pois, pelo veto à alteração desse dispositivo."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de novembro de 1995

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 276, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Portaria SOF/MPO nº 01, de 1º de fevereiro de 1995, resolve:

Promover na forma dos anexos I e II a esta Portaria, desde que respeitados os limites previstos no Artigo 66, § 3º, da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994 (LDO), alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos, publicado em conformidade com a Portaria nº 031, de 02 de fevereiro de 1995, do Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARCHIMENDES DE CASTRO FÁRIA FILHO

ANEXO I					RE: 00
					FISCAL
					ACRESCIM.
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	FORTE	VALOR	
	PRESIDENCIA DA REPUBLICA				R\$ 500
	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR				R\$ 500
20301-090100458-2244	SEGURANCA NUCLEAR	14.5.90.52	100	R\$ 500	R\$ 500
20301-090100458-2249-0001	RADIOPROTECAO, SEGURANCA NUCLEAR E CONTROLE DE RADIAÇÕES IONIZANTES	14.5.90.52	100	R\$ 500	R\$ 500
				TOTAL	R\$ 500
ANEXO II					RE: 00
					FISCAL
					REDUÇAO
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA (FORTE)	VALOR		
	PRESIDENCIA DA REPUBLICA				R\$ 500
	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR				R\$ 500
20301-090100458-2244	SEGURANCA NUCLEAR	14.5.90.51	100	R\$ 500	R\$ 500
20301-090100458-2249-0001	RADIOPROTECAO, SEGURANCA NUCLEAR E CONTROLE DE RADIAÇÕES IONIZANTES	14.5.90.51	100	R\$ 500	R\$ 500
				TOTAL	R\$ 500

Def. nº 479/95)

X

CÂMARA DOS DEPUTADOS

22163 11518 017343



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 373/95

PROCESSO Nº _____ / _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS
P-2000/17343 (V. 1)
DATA : 22.08.2000
ASSUNTO : PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA-
Lci
INTERESSADO: CONGRESSO NACIONAL PRES
PROCEDENCIA:
ORGÃO : SEPOG

INTERESSADO: _____

PROCEDÊNCIA: _____

ASSUNTO: _____

Lote: 73 Caixa: 18
PL Nº 373/1995
175

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão	Presidência
Data	22/08/00
Hora	18:45
Ass:	Angela
Ponto	3491

CÂMARA DOS DEPUTADOS

22100 1161 017343

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PRÉ-CAMARA GERAL

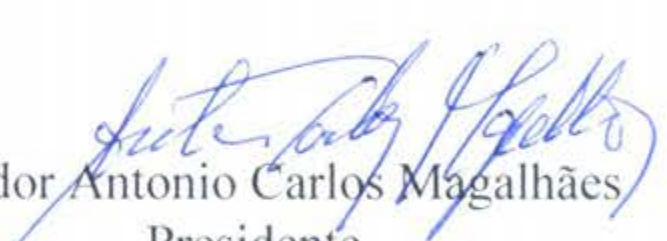
Ofício nº 219 (CN)

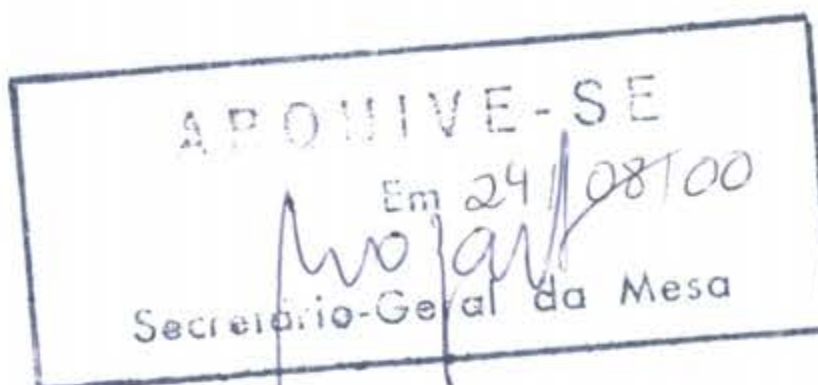
Brasília, em 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 9 de agosto do corrente ano, manteve o veto parcial aposto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1995 (PL nº 373, de 1995, na Câmara dos Deputados), que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Atenciosamente,


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
jbs/plc95100vp

Prejudicado o requerimento, tendo em vista a aprovação da urgência e da matéria do Projeto de Lei nº 373/95, ao qual estava apensado. Em 21/12/95.

Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 548, de 1995, de autoria do Dep. Fernando Gonçalves, que "Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências".

Sala das sessões, de junho de 1995.

[Signature] (Vice do governo)

72

[Signature] (PSDB)

124-

[Signature] - PFL - PTB

103

[Signature] - PMDB

2005
ap. 373/95

10/01/01



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 548, DE 1995

(Do Sr. Fernando Gonçalves)

Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelas empresas em geral, na forma que especifica, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54 - ART. 24, II))

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos 180 (cento e oitenta) dias subseqüentes à publicação desta lei, os débitos pendentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referentes a contribuições do empregador, incluídos ou não em notificação, relativos a competências anteriores a 1º de junho de 1995, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 96 (noventa e seis) meses.

§ 1º. Para a apuração dos débitos no ato do parcelamento será considerado o valor original, atualizado pelo índice oficial utilizado pela Seguridade Social para correção dos seus créditos, com redução de 50% (cinquenta por cento) das importâncias devidas a título de multa.

§ 2º. A redução da multa, prevista no parágrafo anterior, aplicar-se-á, também, na hipótese de pagamento à vista de débitos parcelados ou não.

§ 3º. O acordo será lavrado em termo específico, respondendo como seus fiadores os acionistas, controladores e seus diretores com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações nele assumidas, por dolo ou culpa, ou em caso de insolvência ou extinção da pessoa jurídica.

§ 4º. As empresas que possuem acordo de parcelamento com o INSS poderão reparcelar seus débitos nas condições previstas neste artigo, não se aplicando, neste caso, o disposto no § 5º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentado pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

§ 5º. Aplicam-se aos parcelamentos concedidos nos termos deste artigo as condições estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 6º. O parcelamento de débito acordado nos termos deste artigo será automaticamente rescindido em caso de inadimplência de qualquer parcela ou falta de pagamento de contribuições devidas, restabelecendo-se a multa em seu percentual máximo e ficando o INSS autorizado a proceder à execução imediata do saldo devedor.

§ 7º. Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar parcela inferior a 300 (trezentas) UFIR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1995.


FERNANDO GONÇALVES
Deputado Federal

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CeDI"

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

*Dispõe sobre a organização da Seguridade Social,
institui Plano de Custeio e dá outras providências*

**TÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, por objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.

§ 1º. Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30, independentemente do disposto no art. 95.

§ 2º. Não pode ser firmado acordo para pagamento parcelado se as contribuições tratadas no parágrafo anterior não tiverem sido pagas.

§ 3º. A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea j do art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

§ 4º. As contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente.

§ 5º. Será admitido o reparcelamento, por uma única vez, desde que o devedor recolha, no ato da solicitação, dez por cento do saldo devedor atualizado. (§ 5º acrescentado pela Lei 8.620/93)

LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

*Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991,
e dá outras providências.*

Art. 1º. Os arts. 20, 30, 38, 39, 43, 44, 50 e 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.212/91.

Art. 2º. Os arts. 128 e 131 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NOTA: Artigos acima inseridos diretamente no texto da Lei nº 8.213/91.

Art. 3º. As contribuições e demais importâncias devidas à Seguridade Social recolhidas fora dos prazos ficam sujeitas, além da atualização monetária e de multa de caráter irrelevável, aos juros moratórios a razão de um por cento por mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor atualizado das contribuições.

Parágrafo único. Aos acréscimos legais de que trata o *caput* deste artigo, aplicar-se-á a legislação vigente.

.....

.....

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 00373 1995 PROJETO DE LEI (CD)

ORGAO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS

25 04 1995

CAMARA : PL. 00373 1995

AUTOR
EMENTA

DEPUTADO : INOCENCIO OLIVEIRA.

PFL

PE

AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

PREVIDENCIARIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇO

PUBLICO FEDERAL E A TRANSAÇÃO E REMISSÃO DE DEBITOS, NA FORMA QUE

ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

- PODER TERMINATIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

(CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)

(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

PROPOS-ANEXADAS

PL. 00548 1995

ULTIMA AÇÃO

TNJR TRANSFORMADO EM NORMA JURIDICA

LEI 009129 DE 1995

20 11 1995 (PR) PRESIDENCIA DA REPUBLICA

TRANSFORMADO NA LEI 9129/95.

DOFC 21 11 95 PAG 18617 COL 01.

VETADO PARCIALMENTE (MSG 1291/95-PE).

RAZÕES DO VETO: DOFC 21 11 95 PAG 18620 COL 01.

TRAMITAÇÃO

25 04 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP INOCENCIO OLIVEIRA.

10 05 1995 (CD) MESA DIRETORA

DESPACHO A CTASP, CSSF, CFT E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

(CD) PLENARIO (PLEN)

DESPACHO A CTASP, CSSF, CFT E CCJR

18 05 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 07 28/05/95.

23 05 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

APRESENTAÇÃO DE 03 EMENDAS PELO DEP JOSE PIMENTEL.

18 05 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

RELATOR DEP OSVALDO BIOLCHI.

28 06 1995 (CD) MESA DIRETORA

DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP OSVALDO BIOLCHI, SOLICITANDO

A APENSACAO DO PL. 548/95, A ESTE.

28 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DOS DEPS LUIS CARLOS SANTOS

LIDER DO GOVERNO, INCENCIO OLIVEIRA, LIDER DO BLOCO PFL/PTB, E RICHEL TEMER, LIDER DO PMDB, SOLICITANDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGENCIA PARA O PL. 548/95, APENSADO.
RETIRADO DE PAUTA DE OFICIO.

28 06 1995 (CD) PODER TERMINATIVO NA COMISSAO (PTCOM).
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA, PENDENTE DE PARECERES DA CTASP, CSSF, CFT E CCJR. PL. 373-A/95.
DCN1 15 08 95 PAG 18024 COL 01.

02 06 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP OSVALDO BIOLCHI, COM SUBSTITUTIVO.

09 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DOS DEP ARNALDO MADEIRA, NA QUALIDADE DE LIDER DO PSDB, JOSE CARLOS ALELUIA, NA QUALIDADE DE LIDER DO BLOCO PFL/PTB, FREIRE JUNIOR, NA QUALIDADE DE LIDER DO PMDB, GERMANO RIGOTTO, LIDER DO GOVERNO NO CONGRESSO, BENITO GAMA, VICE-LIDER DO GOVERNO NA CAMARA, NELSON MARQUEZAN, NA QUALIDADE DE LIDER DO PPR, ANTONIO SERGIO CARNEIRO, NA QUALIDADE DE LIDER DO PDT, E EDSON QUEIROZ, NA QUALIDADE DE LIDER DO PP, SOLICITANDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGENCIA PARA ESTE PROJETO.
VOTAÇÃO NOMINAL: SIM - 336; NAO - 063; ABST - 007; TOTAL - 406.
PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE URGENCIA DO DEP LUIZ CARLOS SANTOS E OUTROS, APRESENTADO EM 28 06 95, AO PL. 548/95, APENSADO A ESTE PROJETO.
DCN1 10 08 95 PAG 17223 COL 02.

10 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
DISCUSSÃO EM TURNO UNICO.
APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DO DEP MARCELO DEDA, NA QUALIDADE DE LIDER DO PT, SOLICITANDO A RETIRADA DE PAUTA DESTE PROJETO.
DCN1 11 08 95 PAG 17560 COL 02.

15 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
DISCUSSÃO EM TURNO UNICO.
DESIGNAÇÃO DO DEP OSVALDO BIOLCHI PARA PROFERIR PARECER EM SUBSTITUIÇÃO A CTASP, QUE CONCLUI PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.
DESIGNAÇÃO DO DEP JOFRAN FREJAT PARA PROFERIR PARECER EM SUBSTITUIÇÃO A CSSF, QUE CONCLUI PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP.
DESIGNAÇÃO DO DEP LUIS ROBERTO PONTE PARA PROFERIR PARECER EM SUBSTITUIÇÃO A CFT, QUE CONCLUI PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP.
DESIGNAÇÃO DO DEP VILMAR ROCHA PARA PROFERIR PARECER EM SUBSTITUIÇÃO A CCJR, QUE CONCLUI PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA.
DISCUSSÃO DA MATERIA PELOS DEP SANDRA STARLING, INACIO ARRUDA, FRANCO MONTORO, JANDIRA FEGHALI E ALEXANDRE CARDOSO.
ENCERRADA A DISCUSSÃO.
APRESENTAÇÃO DE 19 EMENDAS, ASSIM DISTRIBUIDAS: EMENDAS 01 E 02, PELO DEP SEVERINO CAVALCANTI, EMENDA 03, PELO DEP NELSON MARCHEZAN, EMENDA 04, PELO DEP HUGO BIEL, EMENDA 05, PELO DEP JOSE CARLOS VIEIRA, EMENDAS 06 E 07, PELO DEP JOSE MAURICIO E EMENDAS DE 08 A 19, PELA DEP SANDRA STARLING.
DESIGNAÇÃO DO DEP OSVALDO BIOLCHI PARA PROFERIR PARECER AS EMENDAS DE PLENARIO, EM SUBSTITUIÇÃO A CTASP, QUE CONCLUI PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS 01, 02, 05 E 07 A 19, E PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS 03, 04 E 06.
DESIGNAÇÃO DO DEP JOFRAN FREJAT, PARA PROFERIR PARECER AS EMENDAS DE PLENARIO, EM SUBSTITUIÇÃO A CSSF, QUE CONCLUI PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS 01, 02, 04, 05, 08, 09, 10, 11.

12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 E 19, E PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS 03, 06 E 07.

DESIGNAÇÃO DO DEP LUIS ROBERTO PONTE PARA PROFERIR PARECER AS EMENDAS DE PLENARIO, EM SUBSTITUIÇÃO A CFT, QUE CONCLUI PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS 06 E 07 E PELA REJEIÇÃO DAS DEMAIS.

DESIGNAÇÃO DO DEP VILMAR ROCHA PARA PROFERIR PARECER AS EMENDAS DE PLENARIO, EM SUBSTITUIÇÃO A CCJR, QUE CONCLUI PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA.

APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP, RESSALVADOS OS DESTAQUES E AS EMENDAS.

APROVAÇÃO DAS EMENDAS DE PLENARIO 06 E 07, COM PARECERES FAVORAVEIS.

REJEIÇÃO DAS EMENDAS DE PLENARIO 01, 02, 05, 08 A 19, COM PARECERES CONTRARIOS.

CONTINUA ...

15 08 1995

(CD) PLENARIO (PLEN)

CONTINUAÇÃO DA PAGINA ANTERIOR.

INVERSAO DA VOTAÇÃO DA EMENDA 03 PARA APOS A VOTAÇÃO DA EMENDA 04.

APROVAÇÃO DA EMENDA 04, COM PARECERES DIVERGENTES. VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO, SOLICITADA, PELO DEP ARNALDO MADHIRA, NA QUALIDADE DE LIDER DO PSDB.

APROVAÇÃO DA EMENDA: SIM-246, NAO-184, ABST-13, TOTAL-443.

APROVAÇÃO DA EMENDA DE PLENARIO 03, COM PARECERES DIVERGENTES: VOTAÇÃO NOMINAL, DE OFICIO: SIM-246, NAO-144, ABST-09, TOTAL-399.

DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO, DA DEP SANDRA STARLING E OUTROS, PARA O ARTIGO PRIMEIRO DO SUBSTITUTIVO AO PL. 373/95.

APROVAÇÃO DA MATERIA DESTACADA: SIM-277, NAO-71, ABST-09, TOTAL-357 - (MANTIDO O DISPOSITIVO).

APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO DO DEP HIRO TEIXEIRA E OUTROS, DE DESTAQUE PARA SUPRIMIR NO PARAGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO PRIMEIRO DO SUBSTITUTIVO AO PL. 373/95 A SEGUINTE EXPRESSÃO 'COM REDUÇÃO DE CINQUENTA POR CENTO DAS IMPORTANCIAS DEVIDAS A TITULO DE MULTA.

REJEIÇÃO DA MATERIA DESTACADA (MANTIDA A EXPRESSÃO).

DESTAQUE PARA A VOTAÇÃO EM SEPARADO, DO DEP SEVERINO CAVALCANTI E OUTROS, PARA A EMENDA 02 DE PLENARIO.

REJEIÇÃO DA EMENDA 02 DE PLENARIO.

PREJUDICADOS OS REQUERIMENTOS DE DESTAQUES DO DEP INOCENCIO OLIVEIRA.

PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE DESTAQUE DO DEP NELSON MARCHEZAN.

PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE DESTAQUE DO DEP EDSON QUEIROZ E OUTROS.

PREJUDICADOS O PROJETO ORIGINAL, O PL. 548/95 E DEMAIS PROPOSIÇÕES.

APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL OFERECIDA PELO RELATOR, DEP

17 08 1995

DESPACHO AO SENADO FEDERAL, 123-P/95.

DCN: 16 08 95 PAG 10462 COL 01.

18 08 1995

(CD) MESA DIRETORA

REMESSA AO SF, ATRAVES DO OF PS-GSE/233/95.

30 10 1995

(CD) MESA DIRETORA

OF 1471/95, DO SENADO FEDERAL, COMUNICANDO REMESSA DESTA DESTE PROJETO A SANÇÃO.

10613* PL.00548/1995 DOCUMENTO# 3 DE 3.

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 00548/1995 PROJETO DE LEI (CD)

ORGÃO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS.

31 05 1995

CAMARA PL. 00548/1995

EMENDA DEPUTADO : FERNANDO GONÇALVES. PTB RJ
 AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES
 PREVIDENCIARIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS EM GERAL, NA FORMA QUE
 ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
 - PODER TERMINATIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

OBSERVAÇÕES
 PRAZO NA CSSF - 07 06 95.

DESPACHO INICIAL
 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)
 (CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

ÚLTIMA AÇÃO
 PROJETO PREJUDICADO
 15 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
 PREJUDICADO PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP
 AO PL. 373/95.

TRAMITAÇÃO
 31 05 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP FERNANDO GONÇALVES.
 06 06 1995 (CD) MESA DIRETORA
 DESPACHO A CSSF, CFT E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).
 06 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
 LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
 DCN 08 08 95 PAG 16583 COL 02.
 07 06 1995 (CD) COORD. COMISSÕES PERMANENTES (CD) (SCP)
 ENCAMINHADO A CSSF.
 09 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)
 PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
 20 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)
 APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELO DEP PAULO GOUVEIA.
 08 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)
 RELATOR DEP JOFRAN FREJAT.
 28 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
 APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DOS DEP LUIS CARLOS SANTOS,
 LIDER DO GOVERNO; INOCENCIO OLIVEIRA, LIDER DO
 BLOCO PFL/PTB; E MICHEL TEMER, LIDER DO PMDB;
 SOLICITANDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGENCIA
 PARA ESTE PROJETO.
 RETIRADO DE PAUTA DE OFICIO.
 09 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)
 PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE URGENCIA DO DEP LUIZ
 CARLOS SANTOS E OUTROS, FACE A APROVAÇÃO DE
 REQUERIMENTO DE URGENCIA AO PL. 373/95.
 28 06 1995 (CD) MESA DIRETORA
 DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP OSVALDO BIOLCHI, SOLICITANDO
 A APENSAÇÃO DESTA, AO PL. 373/95.

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 00548 1995 PROJETO DE LEI (CD)

ORGAO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS

31 05 1995

CAMARA : PL. 00548 1995

AUTOR

DEPUTADO : FERNANDO GONÇALVES.

PTB

RJ

EMENTA

AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS DEVIDAS PELAS EMPRESAS EM GERAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

- PODER TERMINATIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

OBSERVAÇÕES

PRAZO NA CSSF - 07 06 95.

INDEXAÇÃO AUTORIZAÇÃO, EMPRESA, PRAZO DETERMINADO, PARCELAMENTO, DEBITOS, (INSS), CONTRIBUIÇÃO, EMPREGADOR, AFURAÇÃO, TOTAL, ATUALIZAÇÃO, VALOR ORIGINARIO, INDICE, UTILIZAÇÃO, SEGURIDADE SOCIAL, REDUÇÃO, PERCENTAGEM, MULTA, POSSIBILIDADE, REEXAME, PARCELA, ANTERIORIDADE, RESCISÃO, HIPOTESE, INADIMPLENCIA.

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)

(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

ULTIMA AÇÃO

PRJDO PREJUDICADO

15 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

PREJUDICADO PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PL. 373/95.

TRAMITAÇÃO

31 05 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP FERNANDO GONÇALVES.

06 06 1995 (CD) MESA DIRETORA

DESPACHO A CSSF, CFT E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

06 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.

07 06 1995 (CD) COORD. COMISSÕES PERMANENTES (CD) (SCD)

ENCAMINHADO A CSSF.

09 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSOES.

20 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)

APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELO DEP PAULO GOUVEIA.

08 06 1995 (CD) COM. SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA (CSSF)

RELATOR DEP JOFRAN FREJAT.

20 06 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DOS DEP LUIS CARLOS SANTOS, LIDER DO GOVERNO, INOCENCIO OLIVEIRA, LIDER DO BLOC PFL/PTB, E MICHEL TEMER, LIDER DO PMDB, SOLICITANDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 155 DO RI, URGENCIA PARA ESTE PROJETO.

RETIRADO DE PAUTA DE OFICIO.

09 08 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

PREJUDICADO O REQUERIMENTO DE URGENCIA DO DEP LUIS CARLOS SANTOS E OUTROS, FACE A APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGENCIA AO PL. 373/95.

28 06 1995 (CD) MESA DIRETORA

DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP USVALDO BIDLCHI, SOLICITANDO A AFENSAÇÃO DESTE, AO PL. 373/95.

10601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLE ENTER OU OUTRO COMANDO.

13C06* 'COPY' SOLICITADA POR FONTINEL

FRANCISCO C.F. OLIVEIRA

FONTINEL